

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1.1. COMUNICAÇÃO

Quadro 2.1 – Dados Consolidados Gerais das reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) até 31/12/18

ASSUNTO DA COMISSÃO/COMITÊ	Nº DE ENCONTROS	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES
Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social – FASBM	25	788
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais (CMSSE)	19	345
Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida (CAPA)	18	284
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB)	18	343
Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande de Xingu (CPGIVGX)	24	598
Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações –STE (CASTE)	20	456
Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)	17	874
Comitê de Acompanhamento Permanente do Reassentamento Urbano Coletivo (CPRUC)	28	557
Comissão Técnica do Cacau (CTC)	03	51
TOTAL	172	4296

Quadro 2.2 – Eventos realizados no âmbito do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte – FASBM 2018

DATA*	EVENTO	PAUTA
20/02/2018	19ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande // 15ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações	1) Resultados e informes sobre as ações de orientação e apoio à navegação no entorno do STE; 2) Resultados do Curso de Formação para Aquaviários; 3) Status do processo de contratação das obras de readequação dos sistemas de abastecimento de água da Ilha da Fazenda, Garimpo do Galo e Ressaca; 4) Apresentação dos resultados preliminares do Plano de Ação quanto a acessos e poços na região da Volta Grande do Xingu; 5) Informações sobre o Núcleo de Comunicação da Volta Grande do Xingu; 6) Informe sobre o Plano Diretor de Anapu.
21/02/2018	14ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico	1) Agendamento da visita técnica visando o acompanhamento dos representantes da Comissão na coleta de água no âmbito do monitoramento da qualidade, no período da seca e da cheia, bem como a identificação junto às comunidades de possíveis focos de vetores; 2) Esclarecimentos quanto à percepção de odores na foz do Igarapé Ambé; 3) Implementação do calendário 2018.
22/02/2018	14ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos Programas Projetos Socioeconômicos e Culturais // 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Atendimento à População Atingida	1) Projeto Reparação, retomada do contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social; 2) Data de entrega da Casa de Memória.
08/03/2018	20ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo	1) CEPs nos RUCs; 2) Projeto de reparação; 3) Captação de Água-saneamento; 4) Regularização Fundiária dos RUCs.
21/06/2018	15ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico	1) Monitoramento dos peixes e da água (pontos de atenção para qualidade da água, Vila Isabel, Bacajá, Rio das Pedras, áreas próximas de Santo Antônio e comunidade Maranhense); 2) Discussão sobre os procedimentos de resgate de peixes, bem como pontos que são monitorados; 3) Plano de Ação de Controle da Malária (repasso de mapa com indicações de pontos de vetores monitorados às instituições e representantes presentes)

DATA*	EVENTO	PAUTA
28/06/2018	20ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande // 16ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações	1) Apresentação da empresa contratada para execução de obras de readequação e ampliação do sistema de abastecimento de água nas comunidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo (planejamento das obras); 2) Proposta para implantação de pontos de espera, em caso de ocorrência de banheiros no Largo da Taboca; e 3) Internet no Núcleo de Comunicação.
03/07/2018	21ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo	1) Saneamento nos bairros vizinhos aos RUCs; 2) Ligações domiciliares nas comunidades de São Francisco, São Domingos e Paixão de Cristo; 3) Apresentação dos Correios sobre a Política de Comunicação (como funciona o sistema de entrega de correspondências nos RUCs); 4) Apresentar o estudo realizado junto com a SEMED sobre o dimensionamento das escolas, considerando a dinâmica dos novos bairros; 5) Apresentar o processo de planejamento da Regularização Fundiária.
04/07/2018	15ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos Programas Projetos Socioeconômicos e Culturais // 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Atendimento à População Atingida	1) Visita ao complexo CIPAR 2) Situação das condicionantes (o que é de responsabilidade ou não da Norte Energia); 3) Composição das Comissões do Fórum; 4) Apresentação do CREAX; 5) Apresentação do Diagnóstico Social elaborado pela FVPP.
09/07/2018	11ª Reunião Ordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura	1) Constituição da Cooperativa de Pescadores de Belo Monte (COOPPBM); 2) Vídeo Institucional – Sistema de Transposição de Peixes; 3) Sedes da ACEPOAT e COOPEBAX; 4) Ações de Transição.
12/07/2018	21ª Reunião Ordinária do Colegiado	1) Apresentação do panorama geral das condicionantes da LO; 2) Apresentação dos trabalhos realizados pelo CREAX; e 3) Apresentação do diagnóstico social efetuado pela FVPP.

DATA*	EVENTO	PAUTA
19/09/2018	21ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande // 17ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações	1) Resultado da reunião e vistoria relacionadas à proposta de implantação das plataformas no Largo da Taboca; 2) Andamento das obras do sistema de abastecimento de água nas comunidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo.
20/09/2018	13ª Reunião Ordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura	1) Situação para entrega das sedes da ACEPOAT e COOPEBAX; 2) Andamento das ações de transição; 3) Andamento da contratação da assessoria técnica para a ATES Pescador na AID (condicionante 2.24 item b).
27/09/2018	16ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico	1) Preservação de quelônios: Atividades e resultados; 2) Monitoramento da vegetação: Atividades e resultados.
02/10/2018	22ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo	1) Capacitação para uso e entrega de equipamentos, roçadeiras e EPIs, que serão doados para as associações; 2) Devolutiva do Diagnóstico Socioambiental Participativo – DSP; 3) Informações atualizadas sobre as atividades de fixação de números nas casas nos RUCs.
03/10/2018	16ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos Programas Projetos Socioeconômicos e Culturais // 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Atendimento à População Atingida	1) Visita ao complexo CIPAR – Centro Integrado de Pesca Artesanal.
22/10/2018	2ª Reunião Extraordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura	1) Discussão e apresentação dos pontos de pauta a serem tratados pelo Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura; 2) Definição do cronograma de reuniões da instância; 3) Apresentação do Ofício 391/2018-DPU Altamira.
13/11/2018	22ª Reunião Ordinária do Colegiado	1) Visita técnica ao Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu.

DATA*	EVENTO	PAUTA
21/11/2018	14ª Reunião Ordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ações Emergenciais - estado da execução do plano de transição para os pescadores do reservatório; 2) CIPAR/Mercado do Peixe: Legalização da cooperativa - Medidas de transição para funcionamento do Mercado do Peixe; 3) Apoio às colônias na orientação e documentação dos pescadores, nos termos da Portaria 2.546/2017 da Secretaria de Aquicultura e Pesca; 4) Logística - apoio às lideranças para viabilizar a participação nas reuniões; 5) Informe: Apresentação das empresas; 6) Informe: Plano de transição para os ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, especialmente da região do Rio das Pedras; Acessos; 7) Informe: Vistoria para avaliação da necessidade de reparos da parte estrutural das obras realizadas nas colônias de pescadores; 8) Informe: Apoio ao projeto de fornecimento de gelo apresentado ao PDRSX pela Colônia 64- Porto de Moz.
04/12/2018	22ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande // 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações	<ol style="list-style-type: none"> 1) Andamento das obras de readequação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades da Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda; 2) Reapresentação do diagnóstico sobre as condições dos acessos existentes das comunidades ribeirinhas localizadas ao longo da Volta Grande do Xingu; e <p>Instituto Avaliação/PDRSX – informe dos projetos de recuperação de acessos na Volta Grande (realizados e previstos).</p>
05/12/2018	23ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo	Visita técnica ao Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu.
06/12/2018	17ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos	Visita técnica ao Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu.

DATA*	EVENTO	PAUTA
06/12/2018	<p>17ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos Programas Projetos Socioeconômicos e Culturais // 15ª Reunião Ordinária Comissão de Atendimento à População Atingida - CAPA</p>	<p>Visita técnica ao Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu.</p>
07/12/2018	<p>3ª Reunião Extraordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura</p>	<p>Visita ao complexo CIPAR.</p>

(*) **Nota:** não ocorreram reuniões do FASBM nos meses de janeiro, abril, maio e agosto/2018.

SUMÁRIO – 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	2-1
2.1. INTRODUÇÃO	2-1
2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	2-2
2.2.1. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO PARA A ETAPA DE OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E DAS METAS.....	2-2
2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	2-7
2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO	2-8
2.2.4. COMUNICAÇÃO	2-8
2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	2-8
2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS	2-9
2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (SGI).....	2-9
2.2.7.1. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA.....	2-10
2.2.8. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA	2-17
2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO	2-19
2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO.....	2-25
2.5. ATIVIDADES PREVISTAS	2-31
2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS	2-31
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2-33
2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	2-36
2.9. ANEXOS	2-37

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. INTRODUÇÃO

No período coberto por este 15º Relatório Consolidado (RC), o Plano de Gestão Ambiental (PGA) da UHE Belo Monte continuou a aplicar, agora já para a Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, as ferramentas do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), além de procedimentos e estratégias criados para o acompanhamento contínuo da implantação dos planos, programas e projetos do PBA válidos para a nova etapa do empreendimento e de seus resultados, associados à análise crítica integrada para o alcance da agilidade necessária à tomada de decisão e ao atendimento do escopo, metas, cronograma e demais requisitos de cada componente do PBA, bem como das condicionantes da Licença de Operação (LO) nº 1.317/2015 e demais compromissos assumidos pelo empreendedor no âmbito do processo de licenciamento.

Cumprir destacar que, no período em tela, deu-se prosseguimento à estruturação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte seguindo, em linhas gerais, os mesmos preceitos metodológicos adotados para a organização do SGA na Etapa de Implantação e que continuam válidos para a atual Etapa de finalização da montagem para a Operação da UHE Belo Monte. No período foram realizados o diagnóstico para identificação da necessidade de integração de processos ligados a Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, a revisão e a atualização dos procedimentos já elaborados, além da identificação e documentação de novos processos que se encontram para validação interna. O GT de implantação do SGI mantém reuniões de trabalho com periodicidade minimamente mensal para acompanhamento do projeto. Está em andamento o processo de estruturação do Centro de Gestão de Documentos da Norte Energia (CEDOC).

Deu-se, ainda, sequência à atuação integrada com as reuniões periódicas dos grupos de trabalho, cujas interfaces permitem aos diversos programas de diferentes meios e pacotes de trabalho uma execução conjunta, em campo, das atividades e dos planos de ação estabelecidos. Assim, a estratégia de abordagem sistêmica e integrada continua possibilitando:

- Aprimorar o nível de interface entre os diferentes Planos, Programas e Projetos constantes do PBA e entre estes e aqueles componentes do PBA do Componente Indígena (PBA-CI);
- Hierarquizar níveis de gestão diferenciados para esses pacotes de trabalho à luz de seus riscos e frente as suas metas;
- Avaliar, sempre que possível em caráter preventivo, eventuais impactos gerados pelo início do processo de operação da UHE Belo Monte porventura não antevistos no âmbito do EIA; e

– Garantir o foco e alcançar resultados cada vez mais robustos e sustentáveis. Ainda no contexto dos grupos de trabalho acima referenciados, agora denominados “Grupos de Trabalho Integrados” (GTIs), foram estabelecidos, e continuam em operacionalização, os seguintes grupos, definidos em função dos elevados e obrigatórios níveis de interface e integração que devem permear o universo de temas a serem neles contemplados:

- GTI sobre os Ribeirinhos;
- GTI da Pesca e Aquicultura;
- GTI para o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) do Pedral;
- GTI da Volta Grande do Xingu.

2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

2.2.1. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO PARA A ETAPA DE OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E DAS METAS

Conforme antes aqui abordado, a estruturação do SGI para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte segue, em linhas gerais, os mesmos preceitos metodológicos adotados para a organização do SGA na Etapa de Implantação.

Nesse sentido, têm sido realizadas reuniões específicas pela Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas com a Superintendência de Gente e Gestão da Norte Energia, especificando sobre o andamento da estruturação do SGI do empreendimento para a Etapa de Operação, com a empresa especializada para a estruturação do referido Sistema.

Em acordo com o teor das discussões que vêm sendo realizadas, foi dado andamento a consolidação e organização dos dados afetos aos impactos e às ações socioambientais, as quais devem subsidiar a estruturação do SGI, que está em curso, a saber:

- Planilha de Atendimento às Condicionantes;
- Procedimentos de gestão em vigor nas atividades de operação e que são observados pela empresa;
- Relação de Registros de Desvio (RDs) para as atividades de, com data de abertura, local e descrição do desvio;
- Avaliação periódica dos avanços dos Programas e Projetos e a finalização das ações e sua formalização junto ao órgão ambiental.

Cabe destacar ainda, que no âmbito do PGA, dois processos fundamentais da avaliação socioambiental dos resultados do empreendimento são previstos e conduzidos periodicamente em decorrência da dinâmica de implantação do empreendimento, quais sejam: (i) avaliação e atualização dos impactos ambientais e ações de gestão e (ii) acompanhamento e atualização dos objetivos e metas do projeto.

Quanto ao primeiro, o mesmo continua a ser realizado, desta feita de forma integrada com a atualização da Matriz de Gestão Ambiental para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte afeta, a qual deverá ser objetivo de reestruturação e atualização, com a implementação do SGI. Quanto ao segundo processo, os “Objetivos e Metas” são também analisados semestralmente quanto a sua contínua pertinência e, se cabível, sofrem atualização. A sua atualização permite que eventuais adequações nas diretrizes possam aumentar a efetividade das medidas em curso ou das novas ações propostas com vistas a prevenir, mitigar, monitorar, potencializar (caso de impactos de natureza positiva) ou compensar os impactos associados aos respectivos pacotes de trabalho por elas responsáveis, contribuindo para o seu acompanhamento e para a contínua melhoria no desempenho do empreendimento.

Nesse contexto, este RC contém, no âmbito de cada pacote de trabalho, planilhas de objetivos e de metas evidenciando o seu *status* de atendimento ou justificando a necessidade de ajuste de escopo e cronograma.

No que tange aos reportes ao órgão ambiental, destaca-se que o 13º Relatório Consolidado foi protocolado no IBAMA, 31/01/2018, por meio da CE 027/2018-SSAI, contemplando o andamento de **65** (sessenta e cinco) Programas e Projetos. Ainda em complemento ao 13º RC, conforme acordado junto ao IBAMA, foi emitida a CE 150/2018-SSAI, datada de 28/02/2018, onde foram protocolados outros dez Projetos. Ainda no âmbito do 13º RC, por fim, foi protocolado em 30/05/2018, por meio da CE 0328/2018-SSAI, o relatório do Programa de Monitoramento dos Níveis e Vazões (11.1.2), totalizando assim, um reporte em relação a 76 (setenta e seis) Programas e Projetos.

Ainda sobre a emissão dos Relatórios Consolidados (RC), cabe destacar, que nesse período, em 31/07/2018, foi emitido o 14º RC, considerando aqueles Projetos já acordados junto ao IBAMA por meio do Ofício nº 135/2017/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, com previsão de encaminhamento semestral.

No tocante à realização do 3º Seminário Anual com o Ibama, em atendimento a condicionante 2.4 da LO 1.317/2015, foi emitido pela Norte Energia a CE 0725/2018 de 20/09/2018, com a proposição de realização do evento no período de 03 a 07 de dezembro de 2018 e, em resposta, o órgão encaminhou o Ofício 561/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA de 08/11/2018 informando a inviabilidade na realização do evento nas datas sugeridas e solicitou que novas datas fossem sugeridas, para a sua realização no 1º semestre de 2019. Assim, a CE 1090/2018 de 12/12/2018 sugeriu o período de 09 a 11/04/2019 e, até o presente momento, aguarda-se a manifestação do órgão ambiental, para definição e início de planejamento da realização

do evento de apresentação dos resultados do PBA e o estágio de atendimento das condicionantes da LO nº 1317/2015.

Ressalta-se ainda, que em função da realização do 2º Seminário Técnico Anual com o órgão ambiental, no período de 04 a 06 de dezembro de 2017, foi acordada como encaminhamento, a elaboração de correspondência relacionando as Notas Técnicas/correspondências específicas a serem emitidas pela Norte Energia, indicando, individualmente, o nível de prioridade requerida para análise de cada documento pelo Ibama. Esse documento foi emitido ao órgão por meio da CE 0962/2017-SSI, datada de 18/12/2017.

Dessa forma, a Norte Energia emitiu no período deste 15º RC, documentos técnicos com a proposição de alteração dos objetivos e metas de projetos, bem como um novo dimensionamento de escopo, a saber:

- CE 138/2018-SSAI, de 16/02/2018 – envia nota técnica que solicita a revisão dos Objetivos e Metas do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios do PBA da UHE Belo Monte;
 - Resposta: em 19/03/2018, o Ofício nº 96/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA sinaliza a anuência às revisões apresentadas e presta algumas orientações.
 - Resposta: em 06/11/2018, o Ofício 549-2018-COHID-CGTEF-DILIC-Parecer técnico nº 216/2018 SEAM-Santarém-PA analisa o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios apresentado no 13º RCS.
- CE 143/2018-SSAI, de 20/02/2018 - envia nota técnica que encaminha a Avaliação Integrada dos Resultados dos Projetos de Monitoramento das Florestas de Terra Firme e de Monitoramento da Fauna Terrestre, propondo ajustes de escopo;
 - Resposta: Ofício nº 130 de 20/04/2018 em resposta a CE 0143-2018-SSAI (Parecer Técnico 46/2018) aprova as alterações metodológicas propostas e definiu a realização de mais dois anos de monitoramentos, que não poderão ser suspensas sem a anuência do Ibama.
- CE 144/2018-SSAI, de 20/02/2018 - envia nota técnica que encaminha a Avaliação Integrada dos Resultados dos Projetos de Monitoramento da Fauna Aquática, propondo ajustes de escopo;
 - Resposta: Ofício nº 116/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA (Parecer Técnico 38/2018), de 20/04/2018, aponta a anuência do órgão para as alterações propostas pela Norte Energia, com algumas ressalvas e recomendações específicas para a continuidade da execução dos Projetos.
- CE 0210/2018 de 04/04/2018 envia Nota Técnica de reformulação do Programa de Educação Ambiental em atendimento às recomendações do IBAMA exaradas no seu Parecer nº 140/COHID/CGTEF/DILIC bem como na Nota Técnica 119/

COHID/CGTEF/DILIC, reiterados na reunião realizada no dia 23/03/2018 na sede do IBAMA.

Além disso, no decorrer do ano de 2018, foram conduzidas junto ao IBAMA diversas tratativas sobre ações de relocação no bairro Jardim Independente I, como destaque para:

- CE 0981/2017-SSI, em 22/12/2017 – envia relatório técnico – RT_SSI_Nº024_Bairro Jardim Independente I_20122017 que apresenta a análise dos dados de monitoramento e análises. Em 04/01/2018, CE 001/2018-SSI e, em 17/01/2018, a CE 010/2018-SSI, apresentam informações complementares. Em 15/03/2018, o Ofício nº 100/2018/COHID/CGTEF/DILIC com o Parecer Técnico 14/2018/COHID/CGTEF/DILIC elaborado com a ANA, e o Parecer Técnico 23/2018/COHID/CGTEF/DILIC, que apresentam, respectivamente, a avaliação final da possível relação de causa-efeito entre o Reservatório do Xingu e o nível de água que aflora no baixio do bairro Jardim Independente I e a avaliação sobre o cadastro realizado no bairro Jardim Independente I, em Altamira. A CE 045-2018-PR de 08/05/2018 apresenta uma avaliação do crescimento Jardim Independente I e envia uma Nota Técnica “Análise do Processo de Ocupação do Jardim Independente I e a Implantação da UHE Belo Monte”
- A CE 046/2018 de 11/05/2018 presta esclarecimentos complementares e encaminha Plano de Trabalho “NE-PR-SSAI-NT-0105-0” para atendimento às recomendações listadas no Parecer 23/2018. Em resposta à CE 046/2018, o Ofício 272/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, de 05/06/2018, encaminha Parecer Técnico nº 69/2018/COHID/CGTEF/DILIC. O Ofício 329/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, de 06/07/2018, encaminha a Nota Técnica nº 21/2018 com recomendações referentes à mitigação de impacto no bairro Jardim Independente I, considerando a avaliação do MAB, sobre “questões não observadas no Parecer Técnico 69/2018”. As considerações do MAB abordam, inicialmente, o Parecer Técnico 69/2018 COHID/CGTEF/DILIC, então discorre sobre questões que considera não terem sido observadas no referido Parecer. Com base nisso, o Ofício 329/2018 determina que a Norte Energia atenda às recomendações expostas na Nota Técnica nº 21/2018 incluindo as apresentadas nos itens 2, 4, 5 e 6 da Avaliação do MAB sobre o Parecer Técnico 69 e no item 2 do “sobre questões não observadas no Parecer Técnico nº 69/2018”.
- A CE 1070/2018 de 30/11/2018 informa que foi realizada vistoria nas 82 residências cadastradas em terra firme ao redor da Lagoa do Independente I e apresenta os resultados e o cronograma de realização das ações de ligação, cuja previsão de conclusão é abril de 2019 e solicita manifestação do IBAMA para continuidade das ações. Em 11/01/2019 a CE 0009/2019 envia o 1º Relatório Bimestral de andamento das ações propostas para relocação da população cadastrada da área da Lagoa do Jardim Independente I.

Encerramento de Projetos:

- CE 958/2017-SSI, em 15/12/2017 – Solicitação de encerramento do Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (Projeto 4.5.3 do PBA);
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental
- CE 993/2017-SSI, em 29/12/2017 – justificativa e comprovação de atendimento das condicionantes 2.7 e 2.8 da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015.
 - o Com a emissão do 13º e 14º RC, em 31/01/2018 e 31/07/2018 respectivamente, foi formalizado o atendimento dessa condicionante e solicitada formalização do órgão.
 - o Status: aguarda-se a manifestação do órgão formalizando o atendimento da condicionante;
- CE 0230/2018-SSAI de 20/04/2018 apresenta, conforme acordado no 2º Seminário Técnico Anual, Nota Técnica com resultados do 12.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma, solicita seu encerramento, passando o reporte das atividades remanescentes a ser feito no âmbito do Plano 15 - Pacuera; reitera a solicitação de anuência para que o 12.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora seja encerrado;
 - o Resposta: Ofício 513-2018-COHID-CGTEF-DILIC envia Parecer técnico nº 142/2018 COHID/CGTEF/DILIC, com anuência a solicitação e recomendações na condução das ações.
- CE 0378/2018-SSAI de 20/06/2018 – Informar sobre a conclusão das atividades, metas e objetivos do Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer (4.7.2), destacando o envio do Relatório Final do Projeto no âmbito do 14º RC, protocolado em 31/07/2018;
 - o Resposta: Ofício 527-2018-COHID-CGTEF-DILIC-IBAMA de 09/10/2018 envia PT nº58/2018-COHID/CGTEF/DILIC sobre o Programa de Desmobilização de mão de obra, Projeto de Recomposição das Praias e locais de lazer e Programa de Interação Social e Comunicação, com base nas informações apresentadas no 13º RCS.
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental
- CE 0496/2018-SSAI de 04/07/2018 – Informar sobre a conclusão das atividades, metas e objetivos do Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais e Urbanas (4.2.3/4.5.1), destacando o envio do Relatório Final do Projeto no âmbito do 14º RC, protocolado em 31/07/2018;
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental

- CE 066/2018-PR, datada de 20/07/2018, apresenta o Relatório de Atendimento a Condicionante 2.11 da LO, com as comprovações de cumprimento das metas estabelecidas em relação as ligações intradomiciliares. No referido relatório pode ser verificada a execução das ligações prediais de saneamento até a data de 30/06/2018, com um total de 19.050 domicílios atendidos (quer para uso residencial, comercial ou institucional). Além disso, considerando os serviços complementares realizados em função das ligações domiciliares, foi encaminhado por meio da CE 632/2018-SSAI e CE 643/2018-SSAI, datadas de 23/08 e 31/08/2018, o Relatório de conclusão da desativação das fossas.
 - o Status: aguarda-se a manifestação do órgão formalizando o atendimento da condicionante

- CE 0729/2018-SSAI, em 26/09/2018, informa ao órgão ambiental a conclusão das intervenções previstas no bairro Jardim Independente II. A CE 1072/2018-SSAI em 03/12/18 envia o 32º e último relatório mensal, com a conclusão das intervenções previstas no bairro Jardim Independente II, estando a relocação das famílias concluída.
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental acerca do cumprimento da condicionante

A integração contínua das informações no curso da implementação do PGA e a proximidade do empreendedor com o órgão ambiental facilitam o processo de identificação da ocorrência de eventuais novos impactos.

Diante dessa estratégia de análise e acompanhamento dos resultados do projeto, conclui-se que:

- Os impactos identificados na fase de licenciamento ambiental prévio da UHE Belo Monte continuam a ser analisados e periodicamente revisitados; e
- O processo de atualização de impactos, objetivos e metas considera as manifestações feitas pelo Ibama e principais *stakeholders*, e continua a permitir a identificação dos impactos potenciais nas diferentes etapas do empreendimento, inclusive os indiretos e os que se manifestam de maneira cumulativa e sinérgica com outros empreendimentos.

2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A Norte Energia estabelece e mantém uma sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros subscritos pela organização, relacionados aos aspectos ambientais, conforme consta do Padrão de Sistema *Identificação dos Requisitos Legais e outros Requisitos Aplicáveis*, da Planilha de Normas e Leis e do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental.

Entretanto, uma nova ferramenta está sendo viabilizada no sentido de aprimorar a gestão dos requisitos legais e, diante da reestruturação do SGI e, após a consolidação da ferramenta contratada, IUS Natura, a sistemática atual será alterada.

No período abarcado por este relatório, deu-se continuidade ao enquadramento legal das não conformidades (NCs) identificadas em campo, para incorporação a cada um dos registros de NC via Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) da Norte Energia, e que contempla não apenas o normativo aplicável, mas também aquele relativo às cláusulas contratuais afetadas pelos respectivos desvios, no âmbito dos contratos firmados entre as executoras e o empreendedor.

Maiores detalhes a respeito deste assunto podem ser encontrados, neste capítulo, no item “Gestão da Conformidade”.

2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

A organização estabeleceu procedimentos que asseguram a identificação das necessidades de treinamento e provê treinamentos ou ações necessárias, conforme já vem sendo desenvolvido nas etapas anteriores do empreendimento.

2.2.4. COMUNICAÇÃO

O empreendedor estabeleceu, implementou e mantém procedimentos para a comunicação interna e com as partes interessadas externas expressas no *Procedimento do Programa de Interação Social e de Comunicação* conforme informado no bojo do 13º RCS.

No que diz respeito às reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM), até o período coberto por este relatório foram realizadas 25 reuniões do Colegiado do FASBM. No ano de 2018 foram realizadas 31 reuniões, sendo 02 (duas) delas do Colegiado do Fórum e outras 29 reuniões no âmbito de suas Comissões específicas e Comitês temáticos, totalizando 649 participantes em 2018 e 4.296 participantes nas 172 reuniões realizadas até o presente momento, conforme **Anexo 2 – 1**, que apresenta o quadro consolidado com a distribuição das reuniões realizadas e suas respectivas informações.

Assim, é possível demonstrar o contínuo compromisso do empreendedor com as partes interessadas, estabelecido pelo Colegiado do FASBM e suas respectivas Comissões específicas e Comitês temáticos, ao configurar e implantar instrumento de grande significância no diálogo das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte com a sociedade civil e lideranças, sempre de modo participativo e transparente.

2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A sistemática que permite à Norte Energia garantir a Gestão da Informação contempla as seguintes ferramentas, a saber:

- SGP - continua a cumprir seu papel de Plataforma *online* de sistematização das informações e controle de fluxo de dados, subsidiando a comunicação gerencial entre os *players*. Destaca-se, no âmbito do SGP, a continuidade da operacionalização do fluxo de NCs, da emissão semanal do sistema de alerta específico para NCs e o recebimento dos seus registros afetos ao Plano Ambiental de Construção (PAC), para incorporação no Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A), via SGP. Além disso, foi dada continuidade à inserção das correspondências recebidas no Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), com a baixa de demandas apresentadas no Sistema. Permanece, ainda, a atualização dos percentuais de avanço no bojo deste Sistema; e
- SIG-A - é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

Maiores detalhes constam do item “Operacionalização do Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A)” deste relatório.

2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS

Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos ocorrem de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, os documentos e registros são divulgados internamente no SGP, sempre em sua última versão válida.

Cumprе ressaltar que os procedimentos constantes do atual arcabouço documental estão sendo atualizados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI).

2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (SGI)

Diante da magnitude da UHE Belo Monte, está em andamento a reestruturação do Sistema de Gestão, com o aumento de escopo abrangendo a área de Saúde e Segurança do Trabalho. Para tanto a organização está aprimorando ferramentas de monitoramento do desempenho dos controles operacionais pertinentes, da conformidade com os objetivos e metas da organização, de monitoramento e controle da execução de escopo e cumprimento dos prazos, de auditoria interna e análise crítica para retroalimentação do sistema, os quais são descritos a seguir, considerando as estratégias e ferramentas para o gerenciamento e controle do PBA.

2.2.7.1. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA

Além dos Relatórios de Gerenciamento Mensal elaborados pelas Executoras – RGM-Es¹, e que permanecem em curso no âmbito da área Socioambiental da Norte Energia, outras estratégias e ferramentas de gerenciamento e controle continuaram a ser implementadas para a Gestão Ambiental no período abarcado por este relatório para avaliar o avanço dos projetos e propiciar uma visão sistêmica / integrada da implantação dos programas, conforme abordado na sequência.

– **Identificação e Gerenciamento dos Pacotes de Trabalho em Nível de Gestão de Acurácia (Metodologia de Riscos)**

O painel de controle dos pacotes de trabalho alvo de um nível diferenciado de gestão no bojo da metodologia de Gestão de Riscos continua a ser periodicamente atualizado para viabilizar o acesso dos níveis da alta direção da Norte Energia ao andamento de um conjunto de marcos de controle e indicadores estratégicos desenvolvidos para os pacotes de trabalho categorizados no nível de gestão de acurácia.

O monitoramento e controle dos marcos de controles estratégicos continua a ser feito a partir de informações obtidas por ocasião das reuniões dos diferentes Grupos de Trabalho Integrados (GTIs) e demais reuniões periódicas, por meio de planilhas de coletas de informações dirigidas e, quando necessário, complementadas por consultas individualizadas junto à Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas (SSAI) e suas Gerências.

O resultado desse acompanhamento expresso em resultados estatísticos, quando apresenta desvios da linha de base do Pacote de Trabalho, promove a elaboração de Planos de Ação para superar/compensar eventuais atrasos e cobrir lacunas de informações. Esses resultados são apresentados à Norte Energia na forma de Sumário Executivo, às Diretorias, à Presidência, ao Comitê de Meio Ambiente (CMA) e, quando requisitado, ao Conselho de Administração (CA).

– **Monitoramento e Aprimoramento do Intercâmbio entre os Pacotes de Trabalho e Rastreamento e Obtenção dos Dados e Informações para subsidiar o Gerenciamento do PBA**

No período de abrangência deste relatório, deu-se continuidade à realização de reuniões periódicas das diferentes instâncias e a constituir e operacionalizar GTIs com participantes, matrizes de responsabilidade e cronograma de reuniões pré-estabelecidos.

Conforme já informado anteriormente, os GTIs são instrumentos criados para a identificação das interfaces entre os diferentes programas dos diferentes meios e

pacotes de trabalho e que permitem aos envolvidos concretizar um planejamento conjunto, otimizar ações, identificar riscos potenciais e criar planos para a efetivação de ações.

– **Sistema de Alerta**

Veiculado internamente e implantado no âmbito do SGP, permite a continuidade do acompanhamento, o atendimento às demandas e obrigações do empreendedor por meio de alertas automáticos (demandas e compromissos estabelecidos por meio de ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações etc.) e, com a inserção das correspondências recebidas no Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), a baixa de demandas apresentadas no Sistema. Cumpre destacar a recente integração do referido sistema às demandas e obrigações relativas ao Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte, em conformidade com o SGI em processo de implantação.

Além disso, deu-se continuidade ao mapeamento e registro das correspondências com a emissão semanal do Painel Gerencial do Controle de Ofícios para veiculação, junto à área socioambiental, do acompanhamento contínuo das trocas de correspondências, principalmente entre o IBAMA e a Norte Energia, bem como entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), Agência Nacional das Águas (ANA), Ministério Público Federal (MPF), entre outros, visando monitorar o atendimento, pelo empreendedor, às demandas e manifestações desses órgãos (independentemente da existência ou não de prazos atrelados às referidas correspondências) por meio dos posicionamentos do empreendedor, bem como evidenciar sua percepção (riscos) acerca da conformidade de tal atendimento.

Finalmente, vale destacar a continuidade da operacionalização de quatro Sistemas de Alerta específicos para as Não Conformidades (NCs), no âmbito do Plano Ambiental de Construção (PAC), a todas as empresas envolvidas, com o envio de Painel de Controle de Registros de Não Conformidades semanal:

- Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) – PCAI;
- Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) – PRAD;
- Consórcio Montador GE, ENESA e VOITH (COMGEV) – PCAI e,
- Eletronorte – PCAI.

A “Gestão da Conformidade” é descrita a seguir.

– **Gestão da Conformidade**

- Não Conformidade, Ação Corretiva e Ação Preventiva

O Padrão de Sistema (PS) Tratamento de Não Conformidades, Ações Preventivas e Corretivas encontra-se na versão 09. Nesse PS, são estabelecidas as condições de

identificação, registro e tratamento dos desvios, das NCs reais ou potenciais, definição das responsabilidades, bem como do acompanhamento das ações corretivas ou preventivas adotadas para saná-las no âmbito do empreendimento da UHE Belo Monte e nas suas obras e, permite, portanto:

- Identificar desvios e inserir no SGP, independente de sua tipologia, que pode ser:
 - Registro de ocorrência (RO) - o desvio identificado (potencial ou real) é passível de ser solucionado, por meio de providências relativamente simples, em curto espaço de tempo e, até mesmo, prevenir o agravamento da situação; e,
 - Registro de não conformidade (RNC) - ocorre quando se identifica qualquer das seguintes situações de desvio real: cujo dano já se instalou; causou descumprimento de procedimento em vigor; provocou não atendimento da legislação vigente, normas técnicas, contratos celebrados ou condicionantes de licenças, ou prejuízos às partes interessadas cidadinas, rurais ou indígenas do entorno, os quais podem culminar em fragilização da imagem do empreendedor diante dos órgãos governamentais afetos, nos diferentes níveis administrativos, e agentes financiadores do empreendimento.
- Executar ações de tratamento e solução, pois o Plano de Ação prevê:
 - Ações de correção imediata – para eliminar, de pronto, os efeitos de um desvio; e
 - Ações corretivas / preventivas – após determinar sua causa, essas ações evitam sua recorrência/ocorrência.
- Analisar a eficácia das ações promovidas
 - Baseado nas evidências de realização das ações e de seus resultados, derivados de seu acompanhamento *in loco*, após a execução do Plano de Ação.
- Gerar e controlar registros
 - Dossiê - todo o fluxo de tratamento está disponível no SGP para atuação, acompanhamento e consulta, vinculado ao pacote de trabalho ao qual se relaciona, e contém as evidências de todo o processo, tais como relatórios, imagens e registros, formando um “dossiê” daquele desvio até o seu encerramento, o que inclui, ainda, o enquadramento legal e contratual de cada um dos registros de não conformidades identificadas.

Continua em funcionamento, desde o final de 2014, um Sistema de Alerta, cujo objetivo é informar semanalmente sobre o status de atendimento dos desvios, contribuindo para maior agilidade no tempo de resposta, bem como no retorno à situação de normalidade.

Dessa forma, todas as NCs, sejam elas das montadoras ou relacionadas à obra civil, subestação ou linha de transmissão, continuam rodando no âmbito do SGP conforme previsto e são de conhecimento e acesso imediato dos envolvidos, tanto para consulta e acompanhamento, como para providências até o encerramento de cada desvio.

Em complementação a isso, permanece o acompanhamento contínuo em campo e a realização de reuniões de alinhamento semanais com as executoras, que permitem uma atuação preventiva, a redução dos desvios e de práticas degradadoras. E, finalmente, ao serem estabelecidos prazos de atendimento coerentes, é possível o atendimento dos prazos estabelecidos nos planos de ação e dentro da qualidade desejada.

Os controles do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), no período coberto por este relatório, indicam que:

- O fluxo de tratamento, no âmbito do SGP, continua trazendo “fluidez e agilidade” ao processo de gestão da conformidade;
- A desativação de estruturas e de postos de trabalho em alguns sítios refletiu-se na redução dos aspectos ambientais com potenciais impactos e, conseqüentemente, na baixa quantidade de desvios registrados relacionados ao PCAI;
- A atuação das equipes de fiscalização volta-se, com mais ênfase, para o processo de desmobilização de equipamentos e estruturas, e a recuperação das áreas degradadas para prevenir e mitigar os possíveis impactos decorrentes desta fase do empreendimento;
- A continuidade da realização de reuniões semanais, tanto do PCAI como do PRAD, onde são discutidas todas as questões das NCs registradas, as principais fragilidades ou tendências observadas em campo, com a equipe de fiscalização da Norte Energia, Biocev, empresas Executoras (CCBM, COMGEV, Jatobá), bem como da operação (Eletronorte) permite promover um acompanhamento sistemático das NCs e das pendências levantadas pela fiscalização. Além disso, resulta em um controle efetivo da Norte Energia para a solução das NCs podendo, eventualmente, haver a aplicação de sanção por descumprimento, gerando, assim, maior empenho e agilidade na solução das questões identificadas em campo.

– **Acompanhamento do *Status* de Atendimento às Condicionantes**

O acompanhamento do *status* de atendimento às condicionantes do processo de licenciamento da UHE Belo Monte é contínuo, tanto em relação ao PBA como ao Componente Indígena, sendo que, com periodicidade mensal, é emitido Boletim Executivo à Presidência e às Diretorias da Norte Energia com o andamento das mesmas, bem como eventuais riscos que possam implicar em prejuízo de seu cumprimento em termos de escopo e prazo.

No **Capítulo 3** deste relatório consolidado este tema é abordado, em detalhe, além de apresentado o quadro atualizado com o status de atendimento a cada condicionante – geral e específica, da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015.

– **Operacionalização do Sistema de Informação Georreferenciada (SIG-A)**

O SIG-A é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

Tal estrutura tem o objetivo de permitir uma interface de troca de informações entre os técnicos da empreendedora e as empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA, na medida em que são gerados novos dados de campo, obtidos durante as campanhas de monitoramento ambiental. Para este acompanhamento, necessita-se de um trabalho contínuo de estruturação e atualização do SIG-A.

O aprimoramento e uso do SIG-A visa, sobretudo, atender às condicionantes elencadas no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, bem como às demandas elencadas nos pareceres e ofícios emitidos pelo órgão regulador, no âmbito do referido processo, além de ter-se revelado especialmente benéfico para subsidiar o desenvolvimento do Programa de Desmatamento.

O SIG-A é composto basicamente por um conjunto de quatro sistemas computacionais:

- Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) – responsável pelo envio, recebimento e acompanhamento do *status* de geração dos relatórios e planilhas de dados brutos;
- *GeoExplo* – sistema gerenciador do banco de dados com a função de armazenamento e consulta dos dados gerados nas campanhas dos monitoramentos do PBA; e
- ArcGis – o Sistema de Informações Geográficas ArcGis visa atuar como ferramenta principal na manipulação, processamento e consulta do banco de dados geográfico, bem como na geração de mapas georreferenciados.

Diante da complexidade da estrutura do SIG-A, é necessária uma estratégia de integração entre tais ferramentas, a fim de garantir melhor utilização das mesmas, além de aperfeiçoar seus processos. Nos tópicos subsequentes, são apresentadas as atividades relacionadas ao SIG-A durante o período de janeiro a dezembro de 2018.

As atividades desenvolvidas no âmbito do SIG-A no período em avaliação estiveram associadas a (i) análise e compilação do Banco de Dados Brutos (BDB) do monitoramento ambiental realizado no âmbito do PBA da UHE Belo Monte, referentes ao 14º RCS de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, encaminhado ao

IBAMA no final de julho de 2018; e (ii) disponibilização, processamento e elaboração de dados e produtos cartográficos gerados no âmbito do PBA.

Com relação à disponibilização, processamento e elaboração de dados e produtos cartográficos, no âmbito do SIG-A, destaca-se:

- Mapeamento da localização da REVIS Tabuleiro do Embaubal e RDS Vitória de Souza com as novas áreas propostas para a Criação de Unidades de Conservação;
- Mapa de Espacialização do empreendimento, das comunidades e dos Interesses das comunidades da Volta Grande do Xingu (VGX) e elaboração de arquivo compatível com o Google Earth visando identificar cada comunidade onde foram realizadas as reuniões e o que cada comunidade abordou de problemas e/ou pontos de interesse no 2º Ciclo de Reuniões Comunitárias, realizadas no 2º Semestre de 2017 (Período de Seca);
- Mapeamento da Localização das Escolas para Exposição Itinerante de Arqueologia (Projeto 9.1.2);
- Mapeamento de toda a área urbana adquirida pela Norte Energia a fim de subsidiar o empreendedor com uma visão das áreas desocupadas;
- Mapa de Localização das Escolas no Entorno do Reservatório Xingu para auxiliar nas apresentações do Seminário Técnico sobre os Ribeirinhos, realizado no dia 06/02/2018;
- Áreas Mapeadas para Uso Familiar, conforme dados enviados pelo Conselho Ribeirinho, por demanda do Seminário Técnico sobre os ribeirinhos, para a proposição de novas áreas de relocação, bem como a compilação dos arquivos vetoriais presentes no mapa para envio à Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- Mapa de Localização do Reservatório Intermediário e suas estruturas, Mapa da localização do Reservatório Xingu e Mapa dos Pontos Críticos de Macrófitas Aquáticas nas proximidades do barramento do sítio Pimental, para contribuir para o Plano de ação de retirada dos bancos de macrófitas;
- Mapa de Localização das Propostas de Construção de Novas Escolas no Entorno do reservatório do Xingu, com a espacialização de três propostas de construção e instalação de novas escolas, sendo duas na região do Palhal e uma na região da Ilha do Pedão;
- Mapa de localização das áreas de garimpo e comunidades do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), com indicação das áreas a serem monitoradas para, posteriormente, compilar os dados do monitoramento aéreo com drone;

- Mapa de Navegabilidade do Trecho de Restituição de Vazão (TRV), espacializando as rotas de educação e saúde, as principais localidades e comunidades presentes neste trecho, a fim de subsidiar o plano de ação de comunicação às grandes embarcações que navegam no local;
- Mapa de Cruzamento de Informações para discussões sobre a Relocação dos Ribeirinhos contendo informações dos 121 pontos ribeirinhos, nominados com seus respectivos interessados, demarcação das áreas de solturas de animais e módulos Rapeld, identificação da qualidade da água e áreas abrangendo lavouras cacaeira para validar as áreas que poderão ser repassadas aos beneficiários que solicitaram a mudança dos pontos, com o indicativo do (i) local solicitado pelos Ribeirinhos para Mudança e, (ii) Áreas Propostas para Novas Relocações;
- Mapeamento espacializando a AID da UHE Belo Monte, identificando as estruturas do complexo, reservatórios e todos municípios até o TRV, bem como o TVR, com a localização das comunidades ribeirinhas da VGX. Além disso um mapa da All, identificando os 11 municípios que fazem parte da área de influência;
- Mapa de Localização das Áreas do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água;
- Mapeamento das lavouras de cacau próximas ao Reassentamento Rural Coletivo (RRC) do Travessão 27;
- Mapa de localização do RUC Pedral juntamente da área verde presente no reassentamento com o objetivo de apresentar aos moradores os locais para execução da atividade de coleta de sementes nativas para produção de artesanatos;
- Mapa de Localização das Áreas de Interesse Referente à Instalação do Sistema de Alarme e fornecimento do KMZ das áreas de posse da Norte Energia para priorizar a locação das Sirenes e das áreas proibidas para instalação de Sirenes. E ainda para atendimento sonoro das Comunidades e Aldeias ou qualquer outra área de interesse, o arquivo KMZ com a área demarcada e identificada;
- Mapeamento cronológico da área do Módulo 04 para compor documento técnico encaminhado ao órgão ambiental;
- Mapa de Localização da Área de Preservação Permanente (APP) variável com mais de 500 metros de largura, a fim de compor um plano de ação das atividades do Programa de Recomposição da Cobertura Vegetal da APP;
- Avaliação do enquadramento da área do Porto Assarixi nas Unidades Ambientais Homogêneas (UAHs) e no zoneamento do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera) e um

- mapeamento dos resultados no Mapa de Localização do Porto Assarixi (Prainha).
- Mapa de Localização das Unidades de Conservação (UCs) Federais e Estaduais próximas às Áreas de Influência da UHE Belo Monte; e
 - Elaboração de diversos arquivos vetoriais que constam no Mapa Cruzamento de Informações para Discussões sobre a Relocação dos Ribeirinhos.

Assim, pode-se evidenciar que a ferramenta continua a permitir o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.

2.2.8. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA

– Auditoria Interna

A Norte Energia, assumindo como premissa básica o atendimento aos requisitos do processo de licenciamento, incluindo aqueles afetos aos agentes financiadores, realiza auditoria ambiental interna.

Os resultados da auditoria retroalimentam o SGI e contribuem para a supervisão da implementação do PBA, das condicionantes e demais requisitos, incluindo importante contribuição para a tomada de decisão por parte do empreendedor e que se concretiza no efetivo cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas do PBA.

Em linhas gerais, a auditoria ambiental interna da Norte Energia abrange:

1. Auditoria do andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA;
2. Auditoria do decurso do processo de licenciamento em si, considerando os aspectos legais e estratégicos dos órgãos intervenientes e agentes financiadores; e
3. Acompanhamento do atendimento aos planos de ação / medidas corretivas propostas na auditoria e nos Relatórios de Não Conformidade (RNCs).

Dentre os mecanismos, destacam-se:

- (i) Análise crítica dos RGM-Es emitidos pelas Executoras;
- (ii) Análise da evolução do atendimento dos compromissos registrados no Sistema de Alerta (rígido controle do atendimento a demandas – ofícios, condicionantes, licenças, requisitos aplicáveis) e no Sistema de Gerenciamento de Documentos (GED, SGP);
- (iii) Análise crítica de Notas Técnicas, Ofícios e Pareceres, bem como apoio na elaboração das respectivas respostas e/ou atendimento; e

- (iv) Análise crítica dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, emitidos semestralmente junto ao IBAMA.

Como resultado da análise supra, procede-se à revisão e à reavaliação sistemáticas aplicadas ao escopo, metas e cronogramas, avaliando, ainda, necessidades de correção / ajustes de objetivos, metas, impactos e consequentes ações de gestão.

Identificam-se, ainda, pontos que devem ser merecedores de esclarecimentos junto às empresas Executoras ou às próprias equipes da Norte Energia envolvidas diretamente com a supervisão de ações ambientais.

Esses esclarecimentos são buscados nas reuniões periódicas de acompanhamento do andamento do PBA, reuniões dos GTIs de interfaces e reuniões de acompanhamento, além da realização de inspeções periódicas e esporádicas de campo.

Com base nas informações assim coletadas, procede-se, na sequência, à aplicação da Metodologia da Gestão com Acurácia que culmina na:

- Avaliação do avanço dos marcos estratégicos de controle dos pacotes de trabalho críticos;
- Análises de tendências com avaliações de cenários para diferentes graus de alavancagem das produtividades reveladas para os marcos de controles estratégicos dos pacotes de trabalho críticos *vis a vis* as metas temporais para eles determinadas;
- Análises de risco para cumprimento dos marcos estratégicos; e
- Diretrizes e Planos de Ação para evitar ou minimizar os riscos identificados no âmbito das diferentes instâncias de decisão e, a depender do nível de gravidade associado ao risco, junto à alta direção da organização.

– **Análise Crítica**

A análise crítica representa a última etapa da espiral de melhoria contínua do desempenho de qualquer sistema de gestão e seus resultados subsidiam as decisões e a retroalimentação do sistema, visando ao alcance das diretrizes estabelecidas e a sua melhoria contínua.

O processo de análise crítica é realizado de forma integrada, permanente e nas diferentes instâncias, acompanhando os resultados e o desempenho do empreendimento, sendo adequado e coerente com a magnitude e a dinâmica de implantação do empreendimento.

Nesse contexto, o acompanhamento e a discussão da evolução dos marcos de controle dos referidos pacotes deve ser feito continuamente e informado em Boletins veiculados e discutidos nas reuniões da Norte Energia, suas Superintendências e Gerências.

2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO

A planilha de atendimento aos objetivos deste pacote de trabalho é apresentada na sequência.

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A observância plena dos princípios da Política de Meio Ambiente e da Missão do empreendedor da UHE Belo Monte e a busca contínua do atendimento aos objetivos, metas e diretrizes estratégicas por elas estabelecidas;</p>	<p>Em atendimento - A Política de Gestão Ambiental, os Objetivos, as Metas e demais diretrizes da UHE Belo Monte estão estabelecidos nos procedimentos do arcabouço documental do SGA, os quais norteiam as ações previstas nos diferentes pacotes de trabalho do PBA e vêm sendo reportados no âmbito dos relatórios semestrais.</p>
<p>O atendimento aos requisitos legais aplicáveis, de cunho nacional ou internacional – estes configurados por tratados e acordos pertinentes -, com especial ênfase ao conteúdo detalhado do PBA e ao escopo de condicionantes ambientais apostas pelo órgão ambiental quando da concessão da Licença Prévia (LP);</p>	<p>Em atendimento - A estratégia adotada de atendimento aos requisitos aplicáveis ao empreendimento abrange diferentes ações, entre elas, resumidamente: levantamento dos requisitos legais aplicáveis no âmbito federal, estadual, municipal, internacional (tratados/ acordos) e divulgados pela Planilha de Normas e Leis; atualização do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental para dirimir dúvidas do dia-a-dia acerca da aplicabilidade do normativo aplicável. Contudo uma nova ferramenta está sendo viabilizada no sentido de aprimorar a gestão dos requisitos legais e, diante da reestruturação do Sistema de Gestão e, após a consolidação da ferramenta contratada, IUS Natura, a sistemática atual será atualizada; Mecanismo de Gestão da Conformidade, que engloba o tratamento dos desvios e não conformidades identificados, os quais são monitorados semanalmente pelo Sistema de Alerta integrado com o do Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte e cujo fluxo roda no âmbito do SGP; por reuniões semanais de acompanhamento e análise das NCs registradas, principais fragilidades ou tendências observadas em campo, com a equipe de fiscalização da Norte Energia, Biocev e empresas Executoras (CCBM, COMGEV e Jatobá) bem como da operação (Eletronorte); assim como o são os demais requisitos aplicáveis, tais como os compromissos, condicionantes de licenças, autorizações, e autorizações, demandas dos órgãos intervenientes.</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A adequação às expectativas dos acionistas, colaboradores, comunidade local e sociedade em geral no sentido de maximizar a minimização dos impactos associados à implantação do empreendimento, mantendo essas partes interessadas continuamente informadas, com a devida transparência, a respeito dos resultados alcançados quanto ao tratamento desses impactos;</p>	<p>Em atendimento - No que tange à comunidade local e à sociedade em geral, a operacionalização do FASBM, desde junho/2011, vem alcançando importância crescente enquanto instrumento de interação e discussão das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte junto à sociedade civil e concretiza-se como um processo participativo, transparente e de diálogo com as comunidades e lideranças. Neste contexto, foram realizadas 25 (vinte e cinco) reuniões do Colegiado e 147 (cento e quarenta e sete) reuniões das Comissões específicas e Comitês temáticos, totalizando 4.296 participantes. Detalhes dessas reuniões constam do Anexo 2 - 1.</p> <p>No tocante aos acionistas e colaboradores, as ferramentas de gestão integrada adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação, com ênfase, no caso dos acionistas, em fornecer informações atualizadas do andamento dos pacotes de trabalho e gerenciar riscos para a tomada de decisão; no caso dos colaboradores, a ênfase é no controle de prazos e escopo.</p>
<p>O desenvolvimento sustentável e a utilização dos recursos naturais renováveis na área de implementação da UHE Belo Monte, aqui se subentendendo a contínua atenção aos limites identificados para a capacidade de suporte destes recursos frente às novas demandas configuradas direta ou indiretamente pelo empreendimento;</p>	<p>Em atendimento - Embora se trate de um objetivo de cunho genérico, não sendo possível imputar exclusivamente ao empreendedor essa responsabilidade, considerando as atividades previstas no âmbito dos diferentes planos, programas e projetos, o atendimento aos parâmetros legais aplicáveis são acompanhados pelo mecanismo de Gestão da Conformidade e contribui para a melhoria contínua do desempenho e, conseqüentemente, do uso dos recursos naturais necessários às referidas atividades da atual etapa do empreendimento.</p>
<p>A proteção da saúde humana, do patrimônio cultural e da biodiversidade, incluindo-se, no âmbito desta última, espécies tidas como ameaçadas e ecossistemas sensíveis;</p>	<p>O atendimento a esses objetivos é evidenciado nos resultados de pacotes de trabalho, cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA: <u>saúde humana</u> - no bojo do Plano de Saúde, com o estabelecimento da infraestrutura de saúde (obras), já finalizada, capacitações, ações de prevenção e controle de doenças, incluindo malária, com significativos avanços alcançados; <u>patrimônio cultural</u> - no bojo do Plano 9, com ações voltadas para estudos, preservação, prospecção, salvamento, registro, educação das comunidades,</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
	dos colaboradores e terceiros; <u>biodiversidade</u> - em especial, no tocante às espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis, pode-se citar a Implantação dos Módulos Rapeld e o Programa de Compensação Ambiental.
O respeito ao modo de vida e ao patrimônio imaterial das populações que habitam, em especial, a Área Diretamente Afetada (ADA) e a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com ênfase especial para as comunidades tradicionais e indígenas;	O atendimento a esse objetivo é evidenciado, no PBA Geral, nos resultados do Projeto de Reparação Rural (4.1.5) e Projeto de Reparação Urbano (4.4.4) cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA. O objetivo do pacote de trabalho 4.4.4, por exemplo, " <i>é a compensação material para as alterações imateriais, contribuindo para a reconstrução dos modos de vida sob novas bases visando a melhoria das condições de vida da população</i> " e a metodologia adotada foi a construção participativa junto aos grupos de interesse por Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar perdas e discutir as compensações. No que tange às comunidades indígenas, os resultados são demonstrados no PBA do Componente Indígena (PBA-CI).
A avaliação da incidência de impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da implantação das obras, e posteriormente também da operação do empreendimento, em atributos e variáveis ambientais presentes nas áreas de influência do empreendimento, também com destaque para a ADA e AID;	Em atendimento - Este objetivo está vinculado à meta de "revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação (...)" e, para tanto, foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais, declarados no EIA, de modo a identificar e avaliar novos impactos que venham a surgir no decorrer do Projeto, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente aos impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. Essa sistemática encontra-se expressa, em maiores detalhes, no item 2.2 deste relatório.

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A implementação das alternativas de construção que se mostrem com menor potencial de impactos associados, sempre respeitando a sua exequibilidade;</p>	<p>Em atendimento - O acompanhamento do atendimento deste objetivo é possível pelo mecanismo de “Gestão da Conformidade” que contribui para a melhoria contínua do desempenho do empreendedor na execução das atividades do empreendimento, inclusive no que tange a processos construtivos, de comissionamento, montagem e testes. Assim, eventuais desvios ou não conformidades identificados e registrados são acompanhados pelo PGA até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade. Detalhes acerca deste mecanismo são apresentados no item 2.2 deste relatório.</p>
<p>A prevenção, sempre que possível, e a adequada mitigação de impactos negativos e riscos ao meio ambiente e à população decorrentes da geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, promovendo, para tal, a adequada gestão desses aspectos ambientais ligados diretamente à implantação da UHE Belo Monte, contando, para tal, com o monitoramento da eficácia dos sistemas de controle ambiental intrínseco projetados e implantados nos diferentes elementos da infraestrutura de construção e nas estruturas que compõem o arranjo geral do aproveitamento hidrelétrico;</p>	<p>Em atendimento - Este objetivo está diretamente vinculado à execução do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e, além disso, quaisquer desvios ou não conformidades identificados na execução das referidas atividades são registrados e acompanhados pelo PGA no âmbito do mecanismo de “Gestão da Conformidade” até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade, conforme expresso no <i>"Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidades, Ações Corretivas e Preventivas R09"</i>.</p>
<p>A manutenção de condições apropriadas para atuação em situações de emergência que representem risco à vida das pessoas durante a implantação e a operação do empreendimento, tais como incêndios e explosões;</p>	<p>Em atendimento - Conforme expresso no <i>"Plano de Atendimento às Emergências ambientais nas obras principais e do entorno da UHE Belo Monte"</i>, que discorre sobre a sistemática de ações integradas para atender a situações de emergências ambientais visando o controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente, minimizar ou eliminar os riscos ambientais e suas consequências, as obrigações e responsabilidades.</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>O fortalecimento da imagem pública e da reputação do empreendedor em função de posturas pró-ativas na busca da melhoria contínua da qualidade dos atributos ambientais dos ecossistemas na região de inserção do empreendimento, assim como dos atributos sociais afetos aos colaboradores envolvidos na implementação e aos atingidos pela UHE Belo Monte; e</p>	<p>Em atendimento - A implantação e o aprimoramento das ferramentas de gestão, ao evidenciarem o atendimento aos requisitos, demandas, licenças, condicionantes, autorizações, compromissos e demais requisitos do processo de licenciamento do empreendimento, ao mesmo tempo que mantêm um canal de comunicação transparente junto às partes interessadas, permite o fortalecimento da imagem pública e da reputação da Norte Energia.</p>
<p>Satisfação das expectativas e previsões do empreendedor quanto ao prazo e ao custo da implementação do empreendimento.</p>	<p>Em atendimento - As ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos e comunicação e contribuem para conduzir as ações de maneira ao pleno atendimento a estas expectativas, reduzindo os riscos e descumprimentos.</p>

2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO

A planilha de atendimento às metas deste pacote de trabalho é apresentada na sequência.

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A supervisão da implementação do PBA e das condicionantes das licenças ambientais, em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos, no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos, assim como nas licenças no que tange às condicionantes;</p>	<p>Em atendimento - Seu atendimento continua a ser pelo Plano de Gerenciamento do PBA do PGA (PG-PBA) que homogeneizou o formato do planejamento de todos os Planos, Programas e Projetos do PBA, e tem proporcionado o gerenciamento e controle da implementação do PBA e do atendimento das condicionantes da Licença de Operação (LO) em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos com base nas ferramentas, procedimentos e estratégias adotadas.</p> <p>Visando à melhoria contínua, além da implantação das ferramentas do PG-PBA e, diante da magnitude da UHE Belo Monte, está em andamento a reestruturação do Sistema de Gestão, com o aumento de escopo abrangendo a área de Saúde e Segurança do Trabalho, passando a ser um Sistema de Gestão Integrado (SGI). Para tanto a organização está aprimorando ferramentas de monitoramento do desempenho dos controles operacionais pertinentes, da conformidade com os objetivos e metas da organização, de monitoramento e controle da execução de escopo e cumprimento dos prazos, de auditoria interna e análise crítica para retroalimentação do sistema, considerando as estratégias e ferramentas para o gerenciamento e controle do PBA.</p>
<p>Ao acompanhamento das campanhas de campo especificadas nos Programas e Projetos - e porventura complementados por condicionantes - voltados para monitoramentos sistemáticos;</p>	<p>Em atendimento - Esta meta está sendo atendida com a operacionalização do SIG-A, o Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e que vem sendo alvo de constante aprimoramento, permitindo a coleta, armazenamento e disponibilização das informações ambientais georreferenciadas afetas aos resultados dos monitoramentos sistemáticos de campo realizados nos Planos, Programas e Projetos do PBA Geral bem como do PBA-CI, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>Ao acompanhamento do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA, através dos indicadores especificados em cada um deles, interagindo tecnicamente com os seus responsáveis para a promoção de ajustes, quando necessário;</p>	<p>Em atendimento - O atendimento a esta meta é evidenciado pelo acompanhamento do desempenho de cada pacote de trabalho por meio das análises contínuas, a instituição das reuniões periódicas de análise crítica e dos GTIs, além do processo de atualização da Planilha de Objetivos, Metas e Indicadores. Este acompanhamento é traduzido, em detalhe, no conteúdo do relatório consolidado de cada Plano, Programa e Projeto, apresentado junto ao IBAMA.</p>
<p>À revisão técnica dos relatórios (periódicos e consolidados) emitidos no âmbito de cada Plano, Programa e Projeto, também aqui interagindo tecnicamente com os responsáveis técnicos pelos mesmos para a promoção de ajustes e complementações, quando necessário;</p>	<p>Em atendimento - Meta sendo atendida pela análise crítica dos relatórios gerenciais mensais elaborados pelas empresas executoras de todos os pacotes de trabalho, bem como das Notas Técnicas elaboradas pela Norte Energia e Ofícios encaminhados pelo IBAMA, além da revisão técnica e consolidação dos relatórios semestrais.</p>
<p>Ao controle de prazos para emissões internas e externas ao empreendedor dos relatórios produzidos no contexto de cada Plano, Programa e Projeto, também com a devida interação com os responsáveis técnicos conforme acima explicitado;</p>	<p>Em atendimento - Meta sendo atendida no âmbito do Plano de Gerenciamento do PBA do PGA, que fornece os padrões para elaboração dos relatórios gerenciais, controla os prazos de emissão dos relatórios internos e externos por meio do Sistema de Alerta interno aos players do PBA e PBA-CI, realiza o acompanhamento do atendimento a condicionantes, às demandas provenientes de Ofícios dos órgãos intervenientes bem como de autorizações, compromissos assumidos durante reuniões, negociações, acordos com partes interessadas, entre outros requisitos aplicáveis ao empreendimento.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>À organização de toda a documentação relativa ao processo de implantação do PBA, bem como o gerenciamento de sua divulgação interna e externa ao empreendedor;</p>	<p>Em atendimento - Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos, fluxos e registros, ocorre de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, esta meta está sendo atendida com base no arcabouço documental estabelecido, cujos procedimentos estão sendo atualizados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e reportados periodicamente nos relatórios consolidados.</p>
<p>À otimização de recursos humanos e logísticos previstos para a implementação dos diferentes Planos, Programas e Projetos, procurando viabilizar o emprego sistêmico desses recursos sem comprometer a qualidade técnica e o escopo das ações propostas mas, lado outro, procurando, através da interação, obter a desejada sinergia entre os resultados e conclusões obtidos, tornando mais eficazes as ações mitigadoras ou compensatórias propostas em decorrência de monitoramentos;</p>	<p>Em atendimento - A integração entre os diferentes pacotes de trabalho com nítidas interfaces, antes já detectadas em Matriz de Interfaces elaborada quando do início da implementação do PGA, continua a ser operacionalizada e evidenciada por meio da constituição e realização de reuniões periódicas, em campo, de Grupos de Trabalho (GTIs).</p>
<p>A revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação, contando, para tal, com a implementação de sistema de registro, inclusive fotográfico, da evolução das obras e com a realização de auditorias ambientais internas do SGA, conforme explicitado mais à frente neste item, com ênfase, mais especificamente, para as auditorias ambientais das instalações, com periodicidade trimestral;</p>	<p>Em atendimento – A continuidade de atendimento a essa meta encontra-se descrita no item 2.2.1 deste relatório.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A interação com a equipe de construção, acompanhando, na frente de obras, a adoção de medidas preventivas e gerando evidências de atendimento aos procedimentos ambientais aplicáveis de controle dos aspectos ambientais do empreendimento em sua etapa de Implantação;</p>	<p>Em atendimento - A continuidade de atendimento a essa meta para a Etapa de Operação é viabilizada, dentre outras estratégias, pelo registro e tratamento de não conformidades e desvios, em conjunto com a equipe responsável pela coordenação do Plano Ambiental de Construção (PAC). Maiores detalhes no item "Gestão da Conformidade" no item 2.2 deste relatório.</p>
<p>A manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, através das equipes previstas para a implementação do PGA, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento, observando-se que todos os contatos deverão ser objeto da elaboração, no âmbito do Plano em tela, de atas de reunião divulgadas internamente ao empreendedor;</p>	<p>Em atendimento - Todos os contatos são mantidos, exclusivamente, por representantes do empreendedor, seja com órgãos licenciadores, autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento. Os registros dos assuntos e dos respectivos encaminhamentos é feito conforme modelos de Ata de Reunião adotados e em vigor.</p>
<p>O estabelecimento de um espaço de efetiva participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela implantação da UHE Belo Monte no desenvolvimento dos Planos, Programas e Projetos previstos no PBA; e</p>	<p>Em atendimento - A meta em questão vem sendo atendida, em especial, por meio do FASBM, cujas reuniões do Colegiado já somam 25, e as demais reuniões, um total de 147 entre as suas 6 comissões e 2 Comitês até então criados. Detalhes dessas reuniões constam do Anexo 2.1, que evidencia a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A estruturação e a operacionalização, no âmbito do SGA, de sistema de atendimento a consultas e reclamações das partes interessadas, contando com a realização das denominadas auditorias de questões ambientais, com periodicidade trimestral, também integrantes do conjunto de auditorias internas do SGA.</p>	<p>Em atendimento - Esta meta vem sendo atendida pelo estabelecimento de Mecanismo de Reclamações expresso no procedimento denominado "Padrão de Sistema Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade" e dos canais de interação social e comunicação - "Belo Monte Aqui", que foi integrado e incorporado ao Padrão de Sistema do Programa de Interação Social e Comunicação, cujos canais funcionam continuamente e compreendem os 11 (onze) municípios da Área de Influência Direta (AID).</p>

2.5. ATIVIDADES PREVISTAS

As atividades previstas para continuidade da implementação do PGA na Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, constam dos quadros já apresentados nos itens 2.3 e 2.4, haja vista que, respectivamente, os objetivos e metas do Plano continuam em atendimento, tendo sido sintetizadas, nos referidos quadros, as atividades em curso ao encontro desses objetivos e metas.

2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS

O Cronograma gráfico deste Plano é apresentado na sequência.

Item	Descrição	2015		2016								2017				2018				2019				2020				2021				2022				2023				2024				2025			
		Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4								
CRONOGRAMA DO PACOTE DE TRABALHO																																															
2 . PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL																																															
1	GERENCIAMENTO E CONTROLE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS (PERBM)																																														
2	SUPERVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PBA NA FASE PÓS LO E DAS CONDICIONANTES DA LO																																														
3	GERENCIAMENTO DAS INTERFACES ENTRE OS DIFERENTES PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PÓS LO, INCLUSIVE QUANTO AO PBA-CI																																														
4	ACOMPANHAMENTO E INFORME, AO EMPREENDEDOR, DO DESEMPENHO DE CADA PLANO, PROGRAMA OU PROJETO COM AÇÕES PÓS LO																																														
5	ACOMPANHAMENTO E INFORME, AOS AGENTES FINANCIADORES, DO DESEMPENHO DOS PLANOS, PROGRAMAS OU PROJETOS PÓS LO																																														
6	CONSOLIDAÇÃO, POR MEIO DO SIG-A, DOS RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS SISTEMÁTICOS PÓS LO																																														
7	REVISÃO TÉCNICA DOS RELATÓRIOS EMITIDOS NO ÂMBITO DE CADA PLANO, PROGRAMA OU PROJETO COM AÇÕES PÓS LO																																														
8	CONTROLE DE PRAZOS PARA EMISSÕES INTERNAS E EXTERNAS AO EMPREENDEDOR DE RELATÓRIOS																																														
9	ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PBA PÓS LO																																														
10	REVISÃO E REAVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA ETAPA DE OPERAÇÃO E DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS AMBIENTAIS																																														
11	CONTATOS COM ÓRGÃOS LICENCIADORES, INSTITUIÇÕES DIVERSAS E REPRESENTANTES DOS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS																																														
12	REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DO COLEGIADO, COMISSÕES E COMITÊS DO FASBM																																														
13	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO A CONSULTAS E RECLAMAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS																																														

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PGA constante do PBA da UHE Belo Monte explicita que diversos Planos, Programas e Projetos, vigentes na Etapa de Implantação, contemplam ações que perduram pela etapa subsequente de Operação, com destaque para aquelas de cunho mitigador, compensatório e de monitoramento afetas ao TVR. A continuidade e as prioridades de atuação do PGA durante a Etapa de Operação são apontadas no PBA conforme abaixo (vol. I – 2 – PGA, pg. 7, 8, 12 – grifo nosso):

“o objetivo maior do referido Plano é configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte (...) com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas”.

“O PGA, e conseqüentemente o SGA a ele associado, deverão ser postos em prática durante todo o período de implantação da UHE Belo Monte (...), a fase de construção das obras principais componentes do arranjo geral e a fase de comissionamento de equipamentos eletromecânicos, estendendo-se pela etapa de operação do empreendimento, em especial no que tange aos primeiros seis anos a partir da entrada “a plena carga” das unidades geradoras da Casa de Força Principal (...) o Hidrograma Ecológico de Consenso, proposto no EIA, deverá ser objeto de reavaliação à luz dos resultados dos monitoramentos componentes do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (...) Assim, assumirá especial importância a manutenção, durante minimamente esses seis anos iniciais, de um PGA rigoroso que possibilite a acurácia desejada na obtenção, registro e armazenamento das informações afetas às ações de monitoramento. Assim, durante a etapa de Operação do empreendimento, a despeito de serem feitos eventuais ajustes na especificação executiva ora apresentada para fazer frente a aspectos ambientais característicos dessa etapa, deverá ser mantida a estruturação básica do Plano e do SGA ora contemplada”.

Assim, referido PGA antevê a necessidade de continuidade do gerenciamento das metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos relacionados a essas ações no período de geração comercial das duas Casas de Força que compõem o empreendimento hidrelétrico em tela.

A implantação do PBA da UHE Belo Monte demandava a operacionalização de um sistema de gestão ambiental adequadamente estruturado, capaz de proceder à gestão da informação – em termos de acessibilidade, rastreabilidade e confiabilidade - entre os diferentes players do Projeto (desde seus níveis operacionais até a alta direção da empresa e seus acionistas), à homogeneização de procedimentos e padrões, ao registro e tratamento de desvios e não conformidades, ao acompanhamento do atendimento de escopo, prazos e demais requisitos do processo de licenciamento, bem como à comunicação estratégica, interna e externamente aos players supracitados.

Considera-se, ao final de mais de sete anos decorridos da Etapa de Implantação da UHE Belo Monte e agora, na Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, que o PGA originalmente delineado vem cumprindo seus objetivos

e é também visível o processo contínuo de adoção de novas ferramentas ao Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA) proposto ainda em meados de 2011, que permitiram evidenciar a melhoria do desempenho do empreendimento, conforme relatado a seguir.

A partir do 7º RC, além do acompanhamento das condicionantes da LO, de reuniões e interação constante com as equipes do IBAMA e demais intervenientes do processo de licenciamento, também as vistorias de campo realizadas por parte do órgão ambiental geraram relatórios técnicos e pareceres, cujas demandas vêm sendo devidamente acompanhadas e atendidas por meio das ferramentas de monitoramento e do sistema de alerta.

Outra forma de acompanhamento *pari passu* tem sido a emissão, por parte do empreendedor, de reportes periódicos (quinzenais, mensais e semestrais) a exemplo dos relatórios de requalificação urbana, de andamento das ações propostas para proteção da área de baixo localizada no Bairro Jardim Independente II, das ligações intradomiciliares em Altamira, do monitoramento do resgate de peixes, da evolução das obras com vistas à instalação do RUC Pedral, do monitoramento da qualidade da água, das reclamações construtivas nos reassentamentos, nas informações mensais sobre a operação da UHE Belo Monte, no relatório trimestral das atividades do Projeto de Apoio à pequena Produção e à Agricultura Familiar e do Projeto de Reparação Rural com público ribeirinho, entre outros.

Visando a melhoria contínua, além da implantação das ferramentas do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), procedimentos e estratégias de supervisão da implantação do empreendimento, está em curso a reestruturação do Sistema de Gestão para incorporar as questões de Saúde e Segurança do Trabalho, passando a ser um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

No tocante à Gestão da Conformidade, há que se considerar que, com a redução das atividades das obras civis, as intervenções em novas áreas se encerraram, uma vez que as obras principais e os canteiros de obras estão consolidados. No entanto, com a crescente desmobilização, áreas que serão objeto de recuperação ambiental começam a se apresentar aptas para as devidas intervenções constantes do PRAD. Assim, a atuação das equipes de fiscalização volta-se, com mais ênfase, para o processo de desmobilização de equipamentos e estruturas, e a recuperação das áreas degradadas para prevenir e mitigar os possíveis impactos decorrentes desta fase do empreendimento. Nesse sentido, o acompanhamento contínuo em campo e a realização de reuniões semanais com as equipes de fiscalização, Biocev e Executoras (CCBM, COMGEV e Jatobá) bem como da operação (Eletronorte), resulta em um controle efetivo da Norte Energia e maior agilidade na solução de eventuais questões identificadas em campo. As atividades relacionadas à montagem eletromecânica são de caráter mais confinado e basicamente, restrito ao manejo de resíduos industriais, organização e limpeza, cuja destinação ambientalmente adequada já vem sendo feita rotineiramente. Outro ponto a ser observado são as NCs que são provenientes da operação das usinas. Há de se destacar que com a operação das UHEs Belo Monte e Pimental, não conformidades inerentes à operação passaram a ser registradas pela fiscalização de campo e gerenciadas pela Norte Energia.

Vale observar os benefícios que vêm sendo adquiridos, em termos de acervo de dados e informações, pela implementação do SIG-A desde o início da Etapa de Implantação e seu processo de melhoria contínua, com destaque para a integração deste sistema com aquele sendo implantado pelo Componente Indígena, denominado de SIG-I. Esta ferramenta continua a permitir o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.

O acervo, principalmente afeto as áreas física e biótica, viabiliza a realização de avaliações espaciais e temporais complexas a partir da sua consulta, cruzamento de dados e/ou análise, ainda em relação àqueles levantados no âmbito do EIA, tanto para fins de definição para linha de base de monitoramento, como para avaliação de impactos ambientais. Assim, trata-se de uma ferramenta fundamental que subsidia a proposição de novas ações de gestão para fazer frente aos impactos gerados pela UHE Belo Monte, portanto, de melhoria do desempenho do empreendimento como um todo, incluindo o Componente Indígena.

Por fim, vale observar que a experiência e as lições aprendidas ao longo do processo de gestão ambiental na Etapa de Implantação da UHE Belo Monte mostraram-se fundamentais para a gestão do processo nesta etapa atual de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte.

2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
Ângelo Luiz Assunção	Engenheiro Ambiental	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos aos Meios Físico e Biótico	CREA MG0000149499/D	6441048
Bruno de Mattos Teixeira	Engenheiro Ambiental, MSC. em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental (área de concentração: gestão de resíduos sólidos)	Supervisão de Campo e Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos ao Plano Ambiental de Construção (PAC) e ao Trecho de Vazão Reduzida (TVR)	CREA/MG 142277D	-
Carmem Silvia Treuherz Salomão	Administradora de Empresas, Mestre em Gestão Ambiental	Coordenadora do SGA, responsável pela interface técnica com o PBA-CI e pelo reporte de atendimento aos Princípios do Equador	Não possui	5391776
Cristiano Figueiredo Lima	Geógrafo, MSc. em Ciências Ambientais	Suporte à Coordenação Técnica	CREA /RJ 032389/D	-
Delfim José Leite Rocha	Engenheiro Civil	Gestor Geral do PGA	CREA/RJ-3238/D	3868639
Douglas R. Borges	Engenheiro Ambiental	Operacionalização do Banco de Dados Georreferenciado e suporte a análises geoespaciais	Não possui	5800634
Edna Campos	Tecnóloga em Gestão Ambiental	Assessoria de Coordenação do SGA	Não possui	Não possui
Marmo dos Santos Pereira	Bacharel em Ciências Biológicas	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos aos Meios Físico e Biótico	Crbio 90181/06/-D	5209964
Rafael Augusto Curado Fleury Teixeira	Ciências Sociais, Esp. em Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos ao Meio Socioeconômico	DRT-GO 424686	5516615

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
Rafael Mouzinho Franco	Engenheiro de Produção	Coordenador do escritório de Gerenciamento de Projeto (PMO) do PBA e do PBA-CI	CREA/MG 125286/D	5389547
Regis Sampaio Marinho	Historiador MBA Gerenciamento de Projetos	Coordenação Geral	Não possui	5194257
Ricardo Carneiro	Advogado	Consultor para assuntos jurídico-ambientais	OAB/MG 0062391	4374765

2.9. ANEXOS

2 – 1 – Quadro Consolidado de Reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) até dezembro/2018

SUMÁRIO – 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	2-1
2.1. INTRODUÇÃO	2-1
2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	2-2
2.2.1. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO PARA A ETAPA DE OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E DAS METAS.....	2-2
2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	2-7
2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO	2-8
2.2.4. COMUNICAÇÃO	2-8
2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	2-8
2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS	2-9
2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (SGI).....	2-9
2.2.7.1. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA.....	2-10
2.2.8. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA	2-17
2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO	2-19
2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO.....	2-25
2.5. ATIVIDADES PREVISTAS	2-31
2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS	2-31
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2-33
2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	2-36
2.9. ANEXOS	2-37

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. INTRODUÇÃO

No período coberto por este 15º Relatório Consolidado (RC), o Plano de Gestão Ambiental (PGA) da UHE Belo Monte continuou a aplicar, agora já para a Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, as ferramentas do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), além de procedimentos e estratégias criados para o acompanhamento contínuo da implantação dos planos, programas e projetos do PBA válidos para a nova etapa do empreendimento e de seus resultados, associados à análise crítica integrada para o alcance da agilidade necessária à tomada de decisão e ao atendimento do escopo, metas, cronograma e demais requisitos de cada componente do PBA, bem como das condicionantes da Licença de Operação (LO) nº 1.317/2015 e demais compromissos assumidos pelo empreendedor no âmbito do processo de licenciamento.

Cumprir destacar que, no período em tela, deu-se prosseguimento à estruturação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte seguindo, em linhas gerais, os mesmos preceitos metodológicos adotados para a organização do SGA na Etapa de Implantação e que continuam válidos para a atual Etapa de finalização da montagem para a Operação da UHE Belo Monte. No período foram realizados o diagnóstico para identificação da necessidade de integração de processos ligados a Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, a revisão e a atualização dos procedimentos já elaborados, além da identificação e documentação de novos processos que se encontram para validação interna. O GT de implantação do SGI mantém reuniões de trabalho com periodicidade minimamente mensal para acompanhamento do projeto. Está em andamento o processo de estruturação do Centro de Gestão de Documentos da Norte Energia (CEDOC).

Deu-se, ainda, sequência à atuação integrada com as reuniões periódicas dos grupos de trabalho, cujas interfaces permitem aos diversos programas de diferentes meios e pacotes de trabalho uma execução conjunta, em campo, das atividades e dos planos de ação estabelecidos. Assim, a estratégia de abordagem sistêmica e integrada continua possibilitando:

- Aprimorar o nível de interface entre os diferentes Planos, Programas e Projetos constantes do PBA e entre estes e aqueles componentes do PBA do Componente Indígena (PBA-CI);
- Hierarquizar níveis de gestão diferenciados para esses pacotes de trabalho à luz de seus riscos e frente as suas metas;
- Avaliar, sempre que possível em caráter preventivo, eventuais impactos gerados pelo início do processo de operação da UHE Belo Monte porventura não antevistos no âmbito do EIA; e

– Garantir o foco e alcançar resultados cada vez mais robustos e sustentáveis. Ainda no contexto dos grupos de trabalho acima referenciados, agora denominados “Grupos de Trabalho Integrados” (GTIs), foram estabelecidos, e continuam em operacionalização, os seguintes grupos, definidos em função dos elevados e obrigatórios níveis de interface e integração que devem permear o universo de temas a serem neles contemplados:

- GTI sobre os Ribeirinhos;
- GTI da Pesca e Aquicultura;
- GTI para o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) do Pedral;
- GTI da Volta Grande do Xingu.

2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

2.2.1. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO PARA A ETAPA DE OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E DAS METAS

Conforme antes aqui abordado, a estruturação do SGI para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte segue, em linhas gerais, os mesmos preceitos metodológicos adotados para a organização do SGA na Etapa de Implantação.

Nesse sentido, têm sido realizadas reuniões específicas pela Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas com a Superintendência de Gente e Gestão da Norte Energia, especificando sobre o andamento da estruturação do SGI do empreendimento para a Etapa de Operação, com a empresa especializada para a estruturação do referido Sistema.

Em acordo com o teor das discussões que vêm sendo realizadas, foi dado andamento a consolidação e organização dos dados afetos aos impactos e às ações socioambientais, as quais devem subsidiar a estruturação do SGI, que está em curso, a saber:

- Planilha de Atendimento às Condicionantes;
- Procedimentos de gestão em vigor nas atividades de operação e que são observados pela empresa;
- Relação de Registros de Desvio (RDs) para as atividades de, com data de abertura, local e descrição do desvio;
- Avaliação periódica dos avanços dos Programas e Projetos e a finalização das ações e sua formalização junto ao órgão ambiental.

Cabe destacar ainda, que no âmbito do PGA, dois processos fundamentais da avaliação socioambiental dos resultados do empreendimento são previstos e conduzidos periodicamente em decorrência da dinâmica de implantação do empreendimento, quais sejam: (i) avaliação e atualização dos impactos ambientais e ações de gestão e (ii) acompanhamento e atualização dos objetivos e metas do projeto.

Quanto ao primeiro, o mesmo continua a ser realizado, desta feita de forma integrada com a atualização da Matriz de Gestão Ambiental para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte afeta, a qual deverá ser objetivo de reestruturação e atualização, com a implementação do SGI. Quanto ao segundo processo, os “Objetivos e Metas” são também analisados semestralmente quanto a sua contínua pertinência e, se cabível, sofrem atualização. A sua atualização permite que eventuais adequações nas diretrizes possam aumentar a efetividade das medidas em curso ou das novas ações propostas com vistas a prevenir, mitigar, monitorar, potencializar (caso de impactos de natureza positiva) ou compensar os impactos associados aos respectivos pacotes de trabalho por elas responsáveis, contribuindo para o seu acompanhamento e para a contínua melhoria no desempenho do empreendimento.

Nesse contexto, este RC contém, no âmbito de cada pacote de trabalho, planilhas de objetivos e de metas evidenciando o seu *status* de atendimento ou justificando a necessidade de ajuste de escopo e cronograma.

No que tange aos reportes ao órgão ambiental, destaca-se que o 13º Relatório Consolidado foi protocolado no IBAMA, 31/01/2018, por meio da CE 027/2018-SSAI, contemplando o andamento de **65** (sessenta e cinco) Programas e Projetos. Ainda em complemento ao 13º RC, conforme acordado junto ao IBAMA, foi emitida a CE 150/2018-SSAI, datada de 28/02/2018, onde foram protocolados outros dez Projetos. Ainda no âmbito do 13º RC, por fim, foi protocolado em 30/05/2018, por meio da CE 0328/2018-SSAI, o relatório do Programa de Monitoramento dos Níveis e Vazões (11.1.2), totalizando assim, um reporte em relação a 76 (setenta e seis) Programas e Projetos.

Ainda sobre a emissão dos Relatórios Consolidados (RC), cabe destacar, que nesse período, em 31/07/2018, foi emitido o 14º RC, considerando aqueles Projetos já acordados junto ao IBAMA por meio do Ofício nº 135/2017/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, com previsão de encaminhamento semestral.

No tocante à realização do 3º Seminário Anual com o Ibama, em atendimento a condicionante 2.4 da LO 1.317/2015, foi emitido pela Norte Energia a CE 0725/2018 de 20/09/2018, com a proposição de realização do evento no período de 03 a 07 de dezembro de 2018 e, em resposta, o órgão encaminhou o Ofício 561/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA de 08/11/2018 informando a inviabilidade na realização do evento nas datas sugeridas e solicitou que novas datas fossem sugeridas, para a sua realização no 1º semestre de 2019. Assim, a CE 1090/2018 de 12/12/2018 sugeriu o período de 09 a 11/04/2019 e, até o presente momento, aguarda-se a manifestação do órgão ambiental, para definição e início de planejamento da realização

do evento de apresentação dos resultados do PBA e o estágio de atendimento das condicionantes da LO nº 1317/2015.

Ressalta-se ainda, que em função da realização do 2º Seminário Técnico Anual com o órgão ambiental, no período de 04 a 06 de dezembro de 2017, foi acordada como encaminhamento, a elaboração de correspondência relacionando as Notas Técnicas/correspondências específicas a serem emitidas pela Norte Energia, indicando, individualmente, o nível de prioridade requerida para análise de cada documento pelo Ibama. Esse documento foi emitido ao órgão por meio da CE 0962/2017-SSI, datada de 18/12/2017.

Dessa forma, a Norte Energia emitiu no período deste 15º RC, documentos técnicos com a proposição de alteração dos objetivos e metas de projetos, bem como um novo dimensionamento de escopo, a saber:

- CE 138/2018-SSAI, de 16/02/2018 – envia nota técnica que solicita a revisão dos Objetivos e Metas do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios do PBA da UHE Belo Monte;
 - o Resposta: em 19/03/2018, o Ofício nº 96/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA sinaliza a anuência às revisões apresentadas e presta algumas orientações.
 - o Resposta: em 06/11/2018, o Ofício 549-2018-COHID-CGTEF-DILIC-Parecer técnico nº 216/2018 SEAM-Santarém-PA analisa o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios apresentado no 13º RCS.
- CE 143/2018-SSAI, de 20/02/2018 - envia nota técnica que encaminha a Avaliação Integrada dos Resultados dos Projetos de Monitoramento das Florestas de Terra Firme e de Monitoramento da Fauna Terrestre, propondo ajustes de escopo;
 - o Resposta: Ofício nº 130 de 20/04/2018 em resposta a CE 0143-2018-SSAI (Parecer Técnico 46/2018) aprova as alterações metodológicas propostas e definiu a realização de mais dois anos de monitoramentos, que não poderão ser suspensas sem a anuência do Ibama.
- CE 144/2018-SSAI, de 20/02/2018 - envia nota técnica que encaminha a Avaliação Integrada dos Resultados dos Projetos de Monitoramento da Fauna Aquática, propondo ajustes de escopo;
 - o Resposta: Ofício nº 116/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA (Parecer Técnico 38/2018), de 20/04/2018, aponta a anuência do órgão para as alterações propostas pela Norte Energia, com algumas ressalvas e recomendações específicas para a continuidade da execução dos Projetos.
- CE 0210/2018 de 04/04/2018 envia Nota Técnica de reformulação do Programa de Educação Ambiental em atendimento às recomendações do IBAMA exaradas no seu Parecer nº 140/COHID/CGTEF/DILIC bem como na Nota Técnica 119/

COHID/CGTEF/DILIC, reiterados na reunião realizada no dia 23/03/2018 na sede do IBAMA.

Além disso, no decorrer do ano de 2018, foram conduzidas junto ao IBAMA diversas tratativas sobre ações de relocação no bairro Jardim Independente I, como destaque para:

- CE 0981/2017-SSI, em 22/12/2017 – envia relatório técnico – RT_SSI_Nº024_Bairro Jardim Independente I_20122017 que apresenta a análise dos dados de monitoramento e análises. Em 04/01/2018, CE 001/2018-SSI e, em 17/01/2018, a CE 010/2018-SSI, apresentam informações complementares. Em 15/03/2018, o Ofício nº 100/2018/COHID/CGTEF/DILIC com o Parecer Técnico 14/2018/COHID/CGTEF/DILIC elaborado com a ANA, e o Parecer Técnico 23/2018/COHID/CGTEF/DILIC, que apresentam, respectivamente, a avaliação final da possível relação de causa-efeito entre o Reservatório do Xingu e o nível de água que aflora no baixio do bairro Jardim Independente I e a avaliação sobre o cadastro realizado no bairro Jardim Independente I, em Altamira. A CE 045-2018-PR de 08/05/2018 apresenta uma avaliação do crescimento Jardim Independente I e envia uma Nota Técnica “Análise do Processo de Ocupação do Jardim Independente I e a Implantação da UHE Belo Monte”
- A CE 046/2018 de 11/05/2018 presta esclarecimentos complementares e encaminha Plano de Trabalho “NE-PR-SSAI-NT-0105-0” para atendimento às recomendações listadas no Parecer 23/2018. Em resposta à CE 046/2018, o Ofício 272/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, de 05/06/2018, encaminha Parecer Técnico nº 69/2018/COHID/CGTEF/DILIC. O Ofício 329/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA, de 06/07/2018, encaminha a Nota Técnica nº 21/2018 com recomendações referentes à mitigação de impacto no bairro Jardim Independente I, considerando a avaliação do MAB, sobre “questões não observadas no Parecer Técnico 69/2018”. As considerações do MAB abordam, inicialmente, o Parecer Técnico 69/2018 COHID/CGTEF/DILIC, então discorre sobre questões que considera não terem sido observadas no referido Parecer. Com base nisso, o Ofício 329/2018 determina que a Norte Energia atenda às recomendações expostas na Nota Técnica nº 21/2018 incluindo as apresentadas nos itens 2, 4, 5 e 6 da Avaliação do MAB sobre o Parecer Técnico 69 e no item 2 do “sobre questões não observadas no Parecer Técnico nº 69/2018”.
- A CE 1070/2018 de 30/11/2018 informa que foi realizada vistoria nas 82 residências cadastradas em terra firme ao redor da Lagoa do Independente I e apresenta os resultados e o cronograma de realização das ações de ligação, cuja previsão de conclusão é abril de 2019 e solicita manifestação do IBAMA para continuidade das ações. Em 11/01/2019 a CE 0009/2019 envia o 1º Relatório Bimestral de andamento das ações propostas para relocação da população cadastrada da área da Lagoa do Jardim Independente I.

Encerramento de Projetos:

- CE 958/2017-SSI, em 15/12/2017 – Solicitação de encerramento do Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (Projeto 4.5.3 do PBA);
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental
- CE 993/2017-SSI, em 29/12/2017 – justificativa e comprovação de atendimento das condicionantes 2.7 e 2.8 da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015.
 - o Com a emissão do 13º e 14º RC, em 31/01/2018 e 31/07/2018 respectivamente, foi formalizado o atendimento dessa condicionante e solicitada formalização do órgão.
 - o Status: aguarda-se a manifestação do órgão formalizando o atendimento da condicionante;
- CE 0230/2018-SSAI de 20/04/2018 apresenta, conforme acordado no 2º Seminário Técnico Anual, Nota Técnica com resultados do 12.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma, solicita seu encerramento, passando o reporte das atividades remanescentes a ser feito no âmbito do Plano 15 - Pacuera; reitera a solicitação de anuência para que o 12.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora seja encerrado;
 - o Resposta: Ofício 513-2018-COHID-CGTEF-DILIC envia Parecer técnico nº 142/2018 COHID/CGTEF/DILIC, com anuência a solicitação e recomendações na condução das ações.
- CE 0378/2018-SSAI de 20/06/2018 – Informar sobre a conclusão das atividades, metas e objetivos do Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer (4.7.2), destacando o envio do Relatório Final do Projeto no âmbito do 14º RC, protocolado em 31/07/2018;
 - o Resposta: Ofício 527-2018-COHID-CGTEF-DILIC-IBAMA de 09/10/2018 envia PT nº58/2018-COHID/CGTEF/DILIC sobre o Programa de Desmobilização de mão de obra, Projeto de Recomposição das Praias e locais de lazer e Programa de Interação Social e Comunicação, com base nas informações apresentadas no 13º RCS.
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental
- CE 0496/2018-SSAI de 04/07/2018 – Informar sobre a conclusão das atividades, metas e objetivos do Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais e Urbanas (4.2.3/4.5.1), destacando o envio do Relatório Final do Projeto no âmbito do 14º RC, protocolado em 31/07/2018;
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental

- CE 066/2018-PR, datada de 20/07/2018, apresenta o Relatório de Atendimento a Condicionante 2.11 da LO, com as comprovações de cumprimento das metas estabelecidas em relação as ligações intradomiciliares. No referido relatório pode ser verificada a execução das ligações prediais de saneamento até a data de 30/06/2018, com um total de 19.050 domicílios atendidos (quer para uso residencial, comercial ou institucional). Além disso, considerando os serviços complementares realizados em função das ligações domiciliares, foi encaminhado por meio da CE 632/2018-SSAI e CE 643/2018-SSAI, datadas de 23/08 e 31/08/2018, o Relatório de conclusão da desativação das fossas.
 - o Status: aguarda-se a manifestação do órgão formalizando o atendimento da condicionante

- CE 0729/2018-SSAI, em 26/09/2018, informa ao órgão ambiental a conclusão das intervenções previstas no bairro Jardim Independente II. A CE 1072/2018-SSAI em 03/12/18 envia o 32º e último relatório mensal, com a conclusão das intervenções previstas no bairro Jardim Independente II, estando a relocação das famílias concluída.
 - o Status: aguarda-se manifestação do órgão ambiental acerca do cumprimento da condicionante

A integração contínua das informações no curso da implementação do PGA e a proximidade do empreendedor com o órgão ambiental facilitam o processo de identificação da ocorrência de eventuais novos impactos.

Diante dessa estratégia de análise e acompanhamento dos resultados do projeto, conclui-se que:

- Os impactos identificados na fase de licenciamento ambiental prévio da UHE Belo Monte continuam a ser analisados e periodicamente revisitados; e
- O processo de atualização de impactos, objetivos e metas considera as manifestações feitas pelo Ibama e principais *stakeholders*, e continua a permitir a identificação dos impactos potenciais nas diferentes etapas do empreendimento, inclusive os indiretos e os que se manifestam de maneira cumulativa e sinérgica com outros empreendimentos.

2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A Norte Energia estabelece e mantém uma sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros subscritos pela organização, relacionados aos aspectos ambientais, conforme consta do Padrão de Sistema *Identificação dos Requisitos Legais e outros Requisitos Aplicáveis*, da Planilha de Normas e Leis e do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental.

Entretanto, uma nova ferramenta está sendo viabilizada no sentido de aprimorar a gestão dos requisitos legais e, diante da reestruturação do SGI e, após a consolidação da ferramenta contratada, IUS Natura, a sistemática atual será alterada.

No período abarcado por este relatório, deu-se continuidade ao enquadramento legal das não conformidades (NCs) identificadas em campo, para incorporação a cada um dos registros de NC via Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) da Norte Energia, e que contempla não apenas o normativo aplicável, mas também aquele relativo às cláusulas contratuais afetadas pelos respectivos desvios, no âmbito dos contratos firmados entre as executoras e o empreendedor.

Maiores detalhes a respeito deste assunto podem ser encontrados, neste capítulo, no item “Gestão da Conformidade”.

2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

A organização estabeleceu procedimentos que asseguram a identificação das necessidades de treinamento e provê treinamentos ou ações necessárias, conforme já vem sendo desenvolvido nas etapas anteriores do empreendimento.

2.2.4. COMUNICAÇÃO

O empreendedor estabeleceu, implementou e mantém procedimentos para a comunicação interna e com as partes interessadas externas expressas no *Procedimento do Programa de Interação Social e de Comunicação* conforme informado no bojo do 13º RCS.

No que diz respeito às reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM), até o período coberto por este relatório foram realizadas 25 reuniões do Colegiado do FASBM. No ano de 2018 foram realizadas 31 reuniões, sendo 02 (duas) delas do Colegiado do Fórum e outras 29 reuniões no âmbito de suas Comissões específicas e Comitês temáticos, totalizando 649 participantes em 2018 e 4.296 participantes nas 172 reuniões realizadas até o presente momento, conforme **Anexo 2 – 1**, que apresenta o quadro consolidado com a distribuição das reuniões realizadas e suas respectivas informações.

Assim, é possível demonstrar o contínuo compromisso do empreendedor com as partes interessadas, estabelecido pelo Colegiado do FASBM e suas respectivas Comissões específicas e Comitês temáticos, ao configurar e implantar instrumento de grande significância no diálogo das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte com a sociedade civil e lideranças, sempre de modo participativo e transparente.

2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A sistemática que permite à Norte Energia garantir a Gestão da Informação contempla as seguintes ferramentas, a saber:

- SGP - continua a cumprir seu papel de Plataforma *online* de sistematização das informações e controle de fluxo de dados, subsidiando a comunicação gerencial entre os *players*. Destaca-se, no âmbito do SGP, a continuidade da operacionalização do fluxo de NCs, da emissão semanal do sistema de alerta específico para NCs e o recebimento dos seus registros afetos ao Plano Ambiental de Construção (PAC), para incorporação no Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A), via SGP. Além disso, foi dada continuidade à inserção das correspondências recebidas no Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), com a baixa de demandas apresentadas no Sistema. Permanece, ainda, a atualização dos percentuais de avanço no bojo deste Sistema; e
- SIG-A - é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

Maiores detalhes constam do item “Operacionalização do Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A)” deste relatório.

2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS

Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos ocorrem de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, os documentos e registros são divulgados internamente no SGP, sempre em sua última versão válida.

Cumprе ressaltar que os procedimentos constantes do atual arcabouço documental estão sendo atualizados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI).

2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (SGI)

Diante da magnitude da UHE Belo Monte, está em andamento a reestruturação do Sistema de Gestão, com o aumento de escopo abrangendo a área de Saúde e Segurança do Trabalho. Para tanto a organização está aprimorando ferramentas de monitoramento do desempenho dos controles operacionais pertinentes, da conformidade com os objetivos e metas da organização, de monitoramento e controle da execução de escopo e cumprimento dos prazos, de auditoria interna e análise crítica para retroalimentação do sistema, os quais são descritos a seguir, considerando as estratégias e ferramentas para o gerenciamento e controle do PBA.

2.2.7.1. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA

Além dos Relatórios de Gerenciamento Mensal elaborados pelas Executoras – RGM-Es¹, e que permanecem em curso no âmbito da área Socioambiental da Norte Energia, outras estratégias e ferramentas de gerenciamento e controle continuaram a ser implementadas para a Gestão Ambiental no período abarcado por este relatório para avaliar o avanço dos projetos e propiciar uma visão sistêmica / integrada da implantação dos programas, conforme abordado na sequência.

– **Identificação e Gerenciamento dos Pacotes de Trabalho em Nível de Gestão de Acurácia (Metodologia de Riscos)**

O painel de controle dos pacotes de trabalho alvo de um nível diferenciado de gestão no bojo da metodologia de Gestão de Riscos continua a ser periodicamente atualizado para viabilizar o acesso dos níveis da alta direção da Norte Energia ao andamento de um conjunto de marcos de controle e indicadores estratégicos desenvolvidos para os pacotes de trabalho categorizados no nível de gestão de acurácia.

O monitoramento e controle dos marcos de controles estratégicos continua a ser feito a partir de informações obtidas por ocasião das reuniões dos diferentes Grupos de Trabalho Integrados (GTIs) e demais reuniões periódicas, por meio de planilhas de coletas de informações dirigidas e, quando necessário, complementadas por consultas individualizadas junto à Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas (SSAI) e suas Gerências.

O resultado desse acompanhamento expresso em resultados estatísticos, quando apresenta desvios da linha de base do Pacote de Trabalho, promove a elaboração de Planos de Ação para superar/compensar eventuais atrasos e cobrir lacunas de informações. Esses resultados são apresentados à Norte Energia na forma de Sumário Executivo, às Diretorias, à Presidência, ao Comitê de Meio Ambiente (CMA) e, quando requisitado, ao Conselho de Administração (CA).

– **Monitoramento e Aprimoramento do Intercâmbio entre os Pacotes de Trabalho e Rastreamento e Obtenção dos Dados e Informações para subsidiar o Gerenciamento do PBA**

No período de abrangência deste relatório, deu-se continuidade à realização de reuniões periódicas das diferentes instâncias e a constituir e operacionalizar GTIs com participantes, matrizes de responsabilidade e cronograma de reuniões pré-estabelecidos.

Conforme já informado anteriormente, os GTIs são instrumentos criados para a identificação das interfaces entre os diferentes programas dos diferentes meios e

pacotes de trabalho e que permitem aos envolvidos concretizar um planejamento conjunto, otimizar ações, identificar riscos potenciais e criar planos para a efetivação de ações.

– **Sistema de Alerta**

Veiculado internamente e implantado no âmbito do SGP, permite a continuidade do acompanhamento, o atendimento às demandas e obrigações do empreendedor por meio de alertas automáticos (demandas e compromissos estabelecidos por meio de ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações etc.) e, com a inserção das correspondências recebidas no Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), a baixa de demandas apresentadas no Sistema. Cumpre destacar a recente integração do referido sistema às demandas e obrigações relativas ao Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte, em conformidade com o SGI em processo de implantação.

Além disso, deu-se continuidade ao mapeamento e registro das correspondências com a emissão semanal do Painel Gerencial do Controle de Ofícios para veiculação, junto à área socioambiental, do acompanhamento contínuo das trocas de correspondências, principalmente entre o IBAMA e a Norte Energia, bem como entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), Agência Nacional das Águas (ANA), Ministério Público Federal (MPF), entre outros, visando monitorar o atendimento, pelo empreendedor, às demandas e manifestações desses órgãos (independentemente da existência ou não de prazos atrelados às referidas correspondências) por meio dos posicionamentos do empreendedor, bem como evidenciar sua percepção (riscos) acerca da conformidade de tal atendimento.

Finalmente, vale destacar a continuidade da operacionalização de quatro Sistemas de Alerta específicos para as Não Conformidades (NCs), no âmbito do Plano Ambiental de Construção (PAC), a todas as empresas envolvidas, com o envio de Painel de Controle de Registros de Não Conformidades semanal:

- Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) – PCAI;
- Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) – PRAD;
- Consórcio Montador GE, ENESA e VOITH (COMGEV) – PCAI e,
- Eletronorte – PCAI.

A “Gestão da Conformidade” é descrita a seguir.

– **Gestão da Conformidade**

- Não Conformidade, Ação Corretiva e Ação Preventiva

O Padrão de Sistema (PS) Tratamento de Não Conformidades, Ações Preventivas e Corretivas encontra-se na versão 09. Nesse PS, são estabelecidas as condições de

identificação, registro e tratamento dos desvios, das NCs reais ou potenciais, definição das responsabilidades, bem como do acompanhamento das ações corretivas ou preventivas adotadas para saná-las no âmbito do empreendimento da UHE Belo Monte e nas suas obras e, permite, portanto:

- Identificar desvios e inserir no SGP, independente de sua tipologia, que pode ser:
 - Registro de ocorrência (RO) - o desvio identificado (potencial ou real) é passível de ser solucionado, por meio de providências relativamente simples, em curto espaço de tempo e, até mesmo, prevenir o agravamento da situação; e,
 - Registro de não conformidade (RNC) - ocorre quando se identifica qualquer das seguintes situações de desvio real: cujo dano já se instalou; causou descumprimento de procedimento em vigor; provocou não atendimento da legislação vigente, normas técnicas, contratos celebrados ou condicionantes de licenças, ou prejuízos às partes interessadas cidadinas, rurais ou indígenas do entorno, os quais podem culminar em fragilização da imagem do empreendedor diante dos órgãos governamentais afetos, nos diferentes níveis administrativos, e agentes financiadores do empreendimento.
- Executar ações de tratamento e solução, pois o Plano de Ação prevê:
 - Ações de correção imediata – para eliminar, de pronto, os efeitos de um desvio; e
 - Ações corretivas / preventivas – após determinar sua causa, essas ações evitam sua recorrência/ocorrência.
- Analisar a eficácia das ações promovidas
 - Baseado nas evidências de realização das ações e de seus resultados, derivados de seu acompanhamento *in loco*, após a execução do Plano de Ação.
- Gerar e controlar registros
 - Dossiê - todo o fluxo de tratamento está disponível no SGP para atuação, acompanhamento e consulta, vinculado ao pacote de trabalho ao qual se relaciona, e contém as evidências de todo o processo, tais como relatórios, imagens e registros, formando um “dossiê” daquele desvio até o seu encerramento, o que inclui, ainda, o enquadramento legal e contratual de cada um dos registros de não conformidades identificadas.

Continua em funcionamento, desde o final de 2014, um Sistema de Alerta, cujo objetivo é informar semanalmente sobre o status de atendimento dos desvios, contribuindo para maior agilidade no tempo de resposta, bem como no retorno à situação de normalidade.

Dessa forma, todas as NCs, sejam elas das montadoras ou relacionadas à obra civil, subestação ou linha de transmissão, continuam rodando no âmbito do SGP conforme previsto e são de conhecimento e acesso imediato dos envolvidos, tanto para consulta e acompanhamento, como para providências até o encerramento de cada desvio.

Em complementação a isso, permanece o acompanhamento contínuo em campo e a realização de reuniões de alinhamento semanais com as executoras, que permitem uma atuação preventiva, a redução dos desvios e de práticas degradadoras. E, finalmente, ao serem estabelecidos prazos de atendimento coerentes, é possível o atendimento dos prazos estabelecidos nos planos de ação e dentro da qualidade desejada.

Os controles do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), no período coberto por este relatório, indicam que:

- O fluxo de tratamento, no âmbito do SGP, continua trazendo “fluidez e agilidade” ao processo de gestão da conformidade;
- A desativação de estruturas e de postos de trabalho em alguns sítios refletiu-se na redução dos aspectos ambientais com potenciais impactos e, conseqüentemente, na baixa quantidade de desvios registrados relacionados ao PCAI;
- A atuação das equipes de fiscalização volta-se, com mais ênfase, para o processo de desmobilização de equipamentos e estruturas, e a recuperação das áreas degradadas para prevenir e mitigar os possíveis impactos decorrentes desta fase do empreendimento;
- A continuidade da realização de reuniões semanais, tanto do PCAI como do PRAD, onde são discutidas todas as questões das NCs registradas, as principais fragilidades ou tendências observadas em campo, com a equipe de fiscalização da Norte Energia, Biocev, empresas Executoras (CCBM, COMGEV, Jatobá), bem como da operação (Eletronorte) permite promover um acompanhamento sistemático das NCs e das pendências levantadas pela fiscalização. Além disso, resulta em um controle efetivo da Norte Energia para a solução das NCs podendo, eventualmente, haver a aplicação de sanção por descumprimento, gerando, assim, maior empenho e agilidade na solução das questões identificadas em campo.

– Acompanhamento do *Status* de Atendimento às Condicionantes

O acompanhamento do *status* de atendimento às condicionantes do processo de licenciamento da UHE Belo Monte é contínuo, tanto em relação ao PBA como ao Componente Indígena, sendo que, com periodicidade mensal, é emitido Boletim Executivo à Presidência e às Diretorias da Norte Energia com o andamento das mesmas, bem como eventuais riscos que possam implicar em prejuízo de seu cumprimento em termos de escopo e prazo.

No **Capítulo 3** deste relatório consolidado este tema é abordado, em detalhe, além de apresentado o quadro atualizado com o status de atendimento a cada condicionante – geral e específica, da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015.

– **Operacionalização do Sistema de Informação Georreferenciada (SIG-A)**

O SIG-A é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

Tal estrutura tem o objetivo de permitir uma interface de troca de informações entre os técnicos da empreendedora e as empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA, na medida em que são gerados novos dados de campo, obtidos durante as campanhas de monitoramento ambiental. Para este acompanhamento, necessita-se de um trabalho contínuo de estruturação e atualização do SIG-A.

O aprimoramento e uso do SIG-A visa, sobretudo, atender às condicionantes elencadas no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, bem como às demandas elencadas nos pareceres e ofícios emitidos pelo órgão regulador, no âmbito do referido processo, além de ter-se revelado especialmente benéfico para subsidiar o desenvolvimento do Programa de Desmatamento.

O SIG-A é composto basicamente por um conjunto de quatro sistemas computacionais:

- Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) – responsável pelo envio, recebimento e acompanhamento do *status* de geração dos relatórios e planilhas de dados brutos;
- *GeoExplo* – sistema gerenciador do banco de dados com a função de armazenamento e consulta dos dados gerados nas campanhas dos monitoramentos do PBA; e
- ArcGis – o Sistema de Informações Geográficas ArcGis visa atuar como ferramenta principal na manipulação, processamento e consulta do banco de dados geográfico, bem como na geração de mapas georreferenciados.

Diante da complexidade da estrutura do SIG-A, é necessária uma estratégia de integração entre tais ferramentas, a fim de garantir melhor utilização das mesmas, além de aperfeiçoar seus processos. Nos tópicos subsequentes, são apresentadas as atividades relacionadas ao SIG-A durante o período de janeiro a dezembro de 2018.

As atividades desenvolvidas no âmbito do SIG-A no período em avaliação estiveram associadas a (i) análise e compilação do Banco de Dados Brutos (BDB) do monitoramento ambiental realizado no âmbito do PBA da UHE Belo Monte, referentes ao 14º RCS de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, encaminhado ao

IBAMA no final de julho de 2018; e (ii) disponibilização, processamento e elaboração de dados e produtos cartográficos gerados no âmbito do PBA.

Com relação à disponibilização, processamento e elaboração de dados e produtos cartográficos, no âmbito do SIG-A, destaca-se:

- Mapeamento da localização da REVIS Tabuleiro do Embaubal e RDS Vitória de Souza com as novas áreas propostas para a Criação de Unidades de Conservação;
- Mapa de Espacialização do empreendimento, das comunidades e dos Interesses das comunidades da Volta Grande do Xingu (VGX) e elaboração de arquivo compatível com o Google Earth visando identificar cada comunidade onde foram realizadas as reuniões e o que cada comunidade abordou de problemas e/ou pontos de interesse no 2º Ciclo de Reuniões Comunitárias, realizadas no 2º Semestre de 2017 (Período de Seca);
- Mapeamento da Localização das Escolas para Exposição Itinerante de Arqueologia (Projeto 9.1.2);
- Mapeamento de toda a área urbana adquirida pela Norte Energia a fim de subsidiar o empreendedor com uma visão das áreas desocupadas;
- Mapa de Localização das Escolas no Entorno do Reservatório Xingu para auxiliar nas apresentações do Seminário Técnico sobre os Ribeirinhos, realizado no dia 06/02/2018;
- Áreas Mapeadas para Uso Familiar, conforme dados enviados pelo Conselho Ribeirinho, por demanda do Seminário Técnico sobre os ribeirinhos, para a proposição de novas áreas de relocação, bem como a compilação dos arquivos vetoriais presentes no mapa para envio à Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- Mapa de Localização do Reservatório Intermediário e suas estruturas, Mapa da localização do Reservatório Xingu e Mapa dos Pontos Críticos de Macrófitas Aquáticas nas proximidades do barramento do sítio Pimental, para contribuir para o Plano de ação de retirada dos bancos de macrófitas;
- Mapa de Localização das Propostas de Construção de Novas Escolas no Entorno do reservatório do Xingu, com a espacialização de três propostas de construção e instalação de novas escolas, sendo duas na região do Palhal e uma na região da Ilha do Pedão;
- Mapa de localização das áreas de garimpo e comunidades do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), com indicação das áreas a serem monitoradas para, posteriormente, compilar os dados do monitoramento aéreo com drone;

- Mapa de Navegabilidade do Trecho de Restituição de Vazão (TRV), espacializando as rotas de educação e saúde, as principais localidades e comunidades presentes neste trecho, a fim de subsidiar o plano de ação de comunicação às grandes embarcações que navegam no local;
- Mapa de Cruzamento de Informações para discussões sobre a Relocação dos Ribeirinhos contendo informações dos 121 pontos ribeirinhos, nominados com seus respectivos interessados, demarcação das áreas de solturas de animais e módulos Rapeld, identificação da qualidade da água e áreas abrangendo lavouras cacaeira para validar as áreas que poderão ser repassadas aos beneficiários que solicitaram a mudança dos pontos, com o indicativo do (i) local solicitado pelos Ribeirinhos para Mudança e, (ii) Áreas Propostas para Novas Relocações;
- Mapeamento espacializando a AID da UHE Belo Monte, identificando as estruturas do complexo, reservatórios e todos municípios até o TRV, bem como o TVR, com a localização das comunidades ribeirinhas da VGX. Além disso um mapa da All, identificando os 11 municípios que fazem parte da área de influência;
- Mapa de Localização das Áreas do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água;
- Mapeamento das lavouras de cacau próximas ao Reassentamento Rural Coletivo (RRC) do Travessão 27;
- Mapa de localização do RUC Pedral juntamente da área verde presente no reassentamento com o objetivo de apresentar aos moradores os locais para execução da atividade de coleta de sementes nativas para produção de artesanatos;
- Mapa de Localização das Áreas de Interesse Referente à Instalação do Sistema de Alarme e fornecimento do KMZ das áreas de posse da Norte Energia para priorizar a locação das Sirenes e das áreas proibidas para instalação de Sirenes. E ainda para atendimento sonoro das Comunidades e Aldeias ou qualquer outra área de interesse, o arquivo KMZ com a área demarcada e identificada;
- Mapeamento cronológico da área do Módulo 04 para compor documento técnico encaminhado ao órgão ambiental;
- Mapa de Localização da Área de Preservação Permanente (APP) variável com mais de 500 metros de largura, a fim de compor um plano de ação das atividades do Programa de Recomposição da Cobertura Vegetal da APP;
- Avaliação do enquadramento da área do Porto Assarixi nas Unidades Ambientais Homogêneas (UAHs) e no zoneamento do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera) e um

- mapeamento dos resultados no Mapa de Localização do Porto Assarixi (Prainha).
- Mapa de Localização das Unidades de Conservação (UCs) Federais e Estaduais próximas às Áreas de Influência da UHE Belo Monte; e
 - Elaboração de diversos arquivos vetoriais que constam no Mapa Cruzamento de Informações para Discussões sobre a Relocação dos Ribeirinhos.

Assim, pode-se evidenciar que a ferramenta continua a permitir o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.

2.2.8. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA

– Auditoria Interna

A Norte Energia, assumindo como premissa básica o atendimento aos requisitos do processo de licenciamento, incluindo aqueles afetos aos agentes financiadores, realiza auditoria ambiental interna.

Os resultados da auditoria retroalimentam o SGI e contribuem para a supervisão da implementação do PBA, das condicionantes e demais requisitos, incluindo importante contribuição para a tomada de decisão por parte do empreendedor e que se concretiza no efetivo cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas do PBA.

Em linhas gerais, a auditoria ambiental interna da Norte Energia abrange:

1. Auditoria do andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA;
2. Auditoria do decurso do processo de licenciamento em si, considerando os aspectos legais e estratégicos dos órgãos intervenientes e agentes financiadores; e
3. Acompanhamento do atendimento aos planos de ação / medidas corretivas propostas na auditoria e nos Relatórios de Não Conformidade (RNCs).

Dentre os mecanismos, destacam-se:

- (i) Análise crítica dos RGM-Es emitidos pelas Executoras;
- (ii) Análise da evolução do atendimento dos compromissos registrados no Sistema de Alerta (rígido controle do atendimento a demandas – ofícios, condicionantes, licenças, requisitos aplicáveis) e no Sistema de Gerenciamento de Documentos (GED, SGP);
- (iii) Análise crítica de Notas Técnicas, Ofícios e Pareceres, bem como apoio na elaboração das respectivas respostas e/ou atendimento; e

- (iv) Análise crítica dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, emitidos semestralmente junto ao IBAMA.

Como resultado da análise supra, procede-se à revisão e à reavaliação sistemáticas aplicadas ao escopo, metas e cronogramas, avaliando, ainda, necessidades de correção / ajustes de objetivos, metas, impactos e consequentes ações de gestão.

Identificam-se, ainda, pontos que devem ser merecedores de esclarecimentos junto às empresas Executoras ou às próprias equipes da Norte Energia envolvidas diretamente com a supervisão de ações ambientais.

Esses esclarecimentos são buscados nas reuniões periódicas de acompanhamento do andamento do PBA, reuniões dos GTIs de interfaces e reuniões de acompanhamento, além da realização de inspeções periódicas e esporádicas de campo.

Com base nas informações assim coletadas, procede-se, na sequência, à aplicação da Metodologia da Gestão com Acurácia que culmina na:

- Avaliação do avanço dos marcos estratégicos de controle dos pacotes de trabalho críticos;
- Análises de tendências com avaliações de cenários para diferentes graus de alavancagem das produtividades reveladas para os marcos de controles estratégicos dos pacotes de trabalho críticos *vis a vis* as metas temporais para eles determinadas;
- Análises de risco para cumprimento dos marcos estratégicos; e
- Diretrizes e Planos de Ação para evitar ou minimizar os riscos identificados no âmbito das diferentes instâncias de decisão e, a depender do nível de gravidade associado ao risco, junto à alta direção da organização.

– **Análise Crítica**

A análise crítica representa a última etapa da espiral de melhoria contínua do desempenho de qualquer sistema de gestão e seus resultados subsidiam as decisões e a retroalimentação do sistema, visando ao alcance das diretrizes estabelecidas e a sua melhoria contínua.

O processo de análise crítica é realizado de forma integrada, permanente e nas diferentes instâncias, acompanhando os resultados e o desempenho do empreendimento, sendo adequado e coerente com a magnitude e a dinâmica de implantação do empreendimento.

Nesse contexto, o acompanhamento e a discussão da evolução dos marcos de controle dos referidos pacotes deve ser feito continuamente e informado em Boletins veiculados e discutidos nas reuniões da Norte Energia, suas Superintendências e Gerências.

2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO

A planilha de atendimento aos objetivos deste pacote de trabalho é apresentada na sequência.

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A observância plena dos princípios da Política de Meio Ambiente e da Missão do empreendedor da UHE Belo Monte e a busca contínua do atendimento aos objetivos, metas e diretrizes estratégicas por elas estabelecidas;</p>	<p>Em atendimento - A Política de Gestão Ambiental, os Objetivos, as Metas e demais diretrizes da UHE Belo Monte estão estabelecidos nos procedimentos do arcabouço documental do SGA, os quais norteiam as ações previstas nos diferentes pacotes de trabalho do PBA e vêm sendo reportados no âmbito dos relatórios semestrais.</p>
<p>O atendimento aos requisitos legais aplicáveis, de cunho nacional ou internacional – estes configurados por tratados e acordos pertinentes -, com especial ênfase ao conteúdo detalhado do PBA e ao escopo de condicionantes ambientais apostas pelo órgão ambiental quando da concessão da Licença Prévia (LP);</p>	<p>Em atendimento - A estratégia adotada de atendimento aos requisitos aplicáveis ao empreendimento abrange diferentes ações, entre elas, resumidamente: levantamento dos requisitos legais aplicáveis no âmbito federal, estadual, municipal, internacional (tratados/ acordos) e divulgados pela Planilha de Normas e Leis; atualização do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental para dirimir dúvidas do dia-a-dia acerca da aplicabilidade do normativo aplicável. Contudo uma nova ferramenta está sendo viabilizada no sentido de aprimorar a gestão dos requisitos legais e, diante da reestruturação do Sistema de Gestão e, após a consolidação da ferramenta contratada, IUS Natura, a sistemática atual será atualizada; Mecanismo de Gestão da Conformidade, que engloba o tratamento dos desvios e não conformidades identificados, os quais são monitorados semanalmente pelo Sistema de Alerta integrado com o do Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte e cujo fluxo roda no âmbito do SGP; por reuniões semanais de acompanhamento e análise das NCs registradas, principais fragilidades ou tendências observadas em campo, com a equipe de fiscalização da Norte Energia, Biocev e empresas Executoras (CCBM, COMGEV e Jatobá) bem como da operação (Eletronorte); assim como o são os demais requisitos aplicáveis, tais como os compromissos, condicionantes de licenças, autorizações, e autorizações, demandas dos órgãos intervenientes.</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A adequação às expectativas dos acionistas, colaboradores, comunidade local e sociedade em geral no sentido de maximizar a minimização dos impactos associados à implantação do empreendimento, mantendo essas partes interessadas continuamente informadas, com a devida transparência, a respeito dos resultados alcançados quanto ao tratamento desses impactos;</p>	<p>Em atendimento - No que tange à comunidade local e à sociedade em geral, a operacionalização do FASBM, desde junho/2011, vem alcançando importância crescente enquanto instrumento de interação e discussão das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte junto à sociedade civil e concretiza-se como um processo participativo, transparente e de diálogo com as comunidades e lideranças. Neste contexto, foram realizadas 25 (vinte e cinco) reuniões do Colegiado e 147 (cento e quarenta e sete) reuniões das Comissões específicas e Comitês temáticos, totalizando 4.296 participantes. Detalhes dessas reuniões constam do Anexo 2 - 1.</p> <p>No tocante aos acionistas e colaboradores, as ferramentas de gestão integrada adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação, com ênfase, no caso dos acionistas, em fornecer informações atualizadas do andamento dos pacotes de trabalho e gerenciar riscos para a tomada de decisão; no caso dos colaboradores, a ênfase é no controle de prazos e escopo.</p>
<p>O desenvolvimento sustentável e a utilização dos recursos naturais renováveis na área de implementação da UHE Belo Monte, aqui se subentendendo a contínua atenção aos limites identificados para a capacidade de suporte destes recursos frente às novas demandas configuradas direta ou indiretamente pelo empreendimento;</p>	<p>Em atendimento - Embora se trate de um objetivo de cunho genérico, não sendo possível imputar exclusivamente ao empreendedor essa responsabilidade, considerando as atividades previstas no âmbito dos diferentes planos, programas e projetos, o atendimento aos parâmetros legais aplicáveis são acompanhados pelo mecanismo de Gestão da Conformidade e contribui para a melhoria contínua do desempenho e, conseqüentemente, do uso dos recursos naturais necessários às referidas atividades da atual etapa do empreendimento.</p>
<p>A proteção da saúde humana, do patrimônio cultural e da biodiversidade, incluindo-se, no âmbito desta última, espécies tidas como ameaçadas e ecossistemas sensíveis;</p>	<p>O atendimento a esses objetivos é evidenciado nos resultados de pacotes de trabalho, cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA: <u>saúde humana</u> - no bojo do Plano de Saúde, com o estabelecimento da infraestrutura de saúde (obras), já finalizada, capacitações, ações de prevenção e controle de doenças, incluindo malária, com significativos avanços alcançados; <u>patrimônio cultural</u> - no bojo do Plano 9, com ações voltadas para estudos, preservação, prospecção, salvamento, registro, educação das comunidades,</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
	dos colaboradores e terceiros; <u>biodiversidade</u> - em especial, no tocante às espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis, pode-se citar a Implantação dos Módulos Rapeld e o Programa de Compensação Ambiental.
<p>O respeito ao modo de vida e ao patrimônio imaterial das populações que habitam, em especial, a Área Diretamente Afetada (ADA) e a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com ênfase especial para as comunidades tradicionais e indígenas;</p>	<p>O atendimento a esse objetivo é evidenciado, no PBA Geral, nos resultados do Projeto de Reparação Rural (4.1.5) e Projeto de Reparação Urbano (4.4.4) cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA. O objetivo do pacote de trabalho 4.4.4, por exemplo, "<i>é a compensação material para as alterações imateriais, contribuindo para a reconstrução dos modos de vida sob novas bases visando a melhoria das condições de vida da população</i>" e a metodologia adotada foi a construção participativa junto aos grupos de interesse por Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar perdas e discutir as compensações. No que tange às comunidades indígenas, os resultados são demonstrados no PBA do Componente Indígena (PBA-CI).</p>
<p>A avaliação da incidência de impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da implantação das obras, e posteriormente também da operação do empreendimento, em atributos e variáveis ambientais presentes nas áreas de influência do empreendimento, também com destaque para a ADA e AID;</p>	<p>Em atendimento - Este objetivo está vinculado à meta de "revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação (...)" e, para tanto, foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais, declarados no EIA, de modo a identificar e avaliar novos impactos que venham a surgir no decorrer do Projeto, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente aos impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. Essa sistemática encontra-se expressa, em maiores detalhes, no item 2.2 deste relatório.</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A implementação das alternativas de construção que se mostrem com menor potencial de impactos associados, sempre respeitando a sua exequibilidade;</p>	<p>Em atendimento - O acompanhamento do atendimento deste objetivo é possível pelo mecanismo de “Gestão da Conformidade” que contribui para a melhoria contínua do desempenho do empreendedor na execução das atividades do empreendimento, inclusive no que tange a processos construtivos, de comissionamento, montagem e testes. Assim, eventuais desvios ou não conformidades identificados e registrados são acompanhados pelo PGA até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade. Detalhes acerca deste mecanismo são apresentados no item 2.2 deste relatório.</p>
<p>A prevenção, sempre que possível, e a adequada mitigação de impactos negativos e riscos ao meio ambiente e à população decorrentes da geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, promovendo, para tal, a adequada gestão desses aspectos ambientais ligados diretamente à implantação da UHE Belo Monte, contando, para tal, com o monitoramento da eficácia dos sistemas de controle ambiental intrínseco projetados e implantados nos diferentes elementos da infraestrutura de construção e nas estruturas que compõem o arranjo geral do aproveitamento hidrelétrico;</p>	<p>Em atendimento - Este objetivo está diretamente vinculado à execução do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e, além disso, quaisquer desvios ou não conformidades identificados na execução das referidas atividades são registrados e acompanhados pelo PGA no âmbito do mecanismo de “Gestão da Conformidade” até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade, conforme expresso no <i>"Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidades, Ações Corretivas e Preventivas R09"</i>.</p>
<p>A manutenção de condições apropriadas para atuação em situações de emergência que representem risco à vida das pessoas durante a implantação e a operação do empreendimento, tais como incêndios e explosões;</p>	<p>Em atendimento - Conforme expresso no <i>"Plano de Atendimento às Emergências ambientais nas obras principais e do entorno da UHE Belo Monte"</i>, que discorre sobre a sistemática de ações integradas para atender a situações de emergências ambientais visando o controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente, minimizar ou eliminar os riscos ambientais e suas consequências, as obrigações e responsabilidades.</p>

OBJETIVOS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>O fortalecimento da imagem pública e da reputação do empreendedor em função de posturas pró-ativas na busca da melhoria contínua da qualidade dos atributos ambientais dos ecossistemas na região de inserção do empreendimento, assim como dos atributos sociais afetos aos colaboradores envolvidos na implementação e aos atingidos pela UHE Belo Monte; e</p>	<p>Em atendimento - A implantação e o aprimoramento das ferramentas de gestão, ao evidenciarem o atendimento aos requisitos, demandas, licenças, condicionantes, autorizações, compromissos e demais requisitos do processo de licenciamento do empreendimento, ao mesmo tempo que mantêm um canal de comunicação transparente junto às partes interessadas, permite o fortalecimento da imagem pública e da reputação da Norte Energia.</p>
<p>Satisfação das expectativas e previsões do empreendedor quanto ao prazo e ao custo da implementação do empreendimento.</p>	<p>Em atendimento - As ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos e comunicação e contribuem para conduzir as ações de maneira ao pleno atendimento a estas expectativas, reduzindo os riscos e descumprimentos.</p>

2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE OPERAÇÃO

A planilha de atendimento às metas deste pacote de trabalho é apresentada na sequência.

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A supervisão da implementação do PBA e das condicionantes das licenças ambientais, em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos, no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos, assim como nas licenças no que tange às condicionantes;</p>	<p>Em atendimento - Seu atendimento continua a ser pelo Plano de Gerenciamento do PBA do PGA (PG-PBA) que homogeneizou o formato do planejamento de todos os Planos, Programas e Projetos do PBA, e tem proporcionado o gerenciamento e controle da implementação do PBA e do atendimento das condicionantes da Licença de Operação (LO) em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos com base nas ferramentas, procedimentos e estratégias adotadas.</p> <p>Visando à melhoria contínua, além da implantação das ferramentas do PG-PBA e, diante da magnitude da UHE Belo Monte, está em andamento a reestruturação do Sistema de Gestão, com o aumento de escopo abrangendo a área de Saúde e Segurança do Trabalho, passando a ser um Sistema de Gestão Integrado (SGI). Para tanto a organização está aprimorando ferramentas de monitoramento do desempenho dos controles operacionais pertinentes, da conformidade com os objetivos e metas da organização, de monitoramento e controle da execução de escopo e cumprimento dos prazos, de auditoria interna e análise crítica para retroalimentação do sistema, considerando as estratégias e ferramentas para o gerenciamento e controle do PBA.</p>
<p>Ao acompanhamento das campanhas de campo especificadas nos Programas e Projetos - e porventura complementados por condicionantes - voltados para monitoramentos sistemáticos;</p>	<p>Em atendimento - Esta meta está sendo atendida com a operacionalização do SIG-A, o Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e que vem sendo alvo de constante aprimoramento, permitindo a coleta, armazenamento e disponibilização das informações ambientais georreferenciadas afetas aos resultados dos monitoramentos sistemáticos de campo realizados nos Planos, Programas e Projetos do PBA Geral bem como do PBA-CI, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>Ao acompanhamento do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA, através dos indicadores especificados em cada um deles, interagindo tecnicamente com os seus responsáveis para a promoção de ajustes, quando necessário;</p>	<p>Em atendimento - O atendimento a esta meta é evidenciado pelo acompanhamento do desempenho de cada pacote de trabalho por meio das análises contínuas, a instituição das reuniões periódicas de análise crítica e dos GTIs, além do processo de atualização da Planilha de Objetivos, Metas e Indicadores. Este acompanhamento é traduzido, em detalhe, no conteúdo do relatório consolidado de cada Plano, Programa e Projeto, apresentado junto ao IBAMA.</p>
<p>À revisão técnica dos relatórios (periódicos e consolidados) emitidos no âmbito de cada Plano, Programa e Projeto, também aqui interagindo tecnicamente com os responsáveis técnicos pelos mesmos para a promoção de ajustes e complementações, quando necessário;</p>	<p>Em atendimento - Meta sendo atendida pela análise crítica dos relatórios gerenciais mensais elaborados pelas empresas executoras de todos os pacotes de trabalho, bem como das Notas Técnicas elaboradas pela Norte Energia e Ofícios encaminhados pelo IBAMA, além da revisão técnica e consolidação dos relatórios semestrais.</p>
<p>Ao controle de prazos para emissões internas e externas ao empreendedor dos relatórios produzidos no contexto de cada Plano, Programa e Projeto, também com a devida interação com os responsáveis técnicos conforme acima explicitado;</p>	<p>Em atendimento - Meta sendo atendida no âmbito do Plano de Gerenciamento do PBA do PGA, que fornece os padrões para elaboração dos relatórios gerenciais, controla os prazos de emissão dos relatórios internos e externos por meio do Sistema de Alerta interno aos players do PBA e PBA-CI, realiza o acompanhamento do atendimento a condicionantes, às demandas provenientes de Ofícios dos órgãos intervenientes bem como de autorizações, compromissos assumidos durante reuniões, negociações, acordos com partes interessadas, entre outros requisitos aplicáveis ao empreendimento.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>À organização de toda a documentação relativa ao processo de implantação do PBA, bem como o gerenciamento de sua divulgação interna e externa ao empreendedor;</p>	<p>Em atendimento - Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos, fluxos e registros, ocorre de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, esta meta está sendo atendida com base no arcabouço documental estabelecido, cujos procedimentos estão sendo atualizados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e reportados periodicamente nos relatórios consolidados.</p>
<p>À otimização de recursos humanos e logísticos previstos para a implementação dos diferentes Planos, Programas e Projetos, procurando viabilizar o emprego sistêmico desses recursos sem comprometer a qualidade técnica e o escopo das ações propostas mas, lado outro, procurando, através da interação, obter a desejada sinergia entre os resultados e conclusões obtidos, tornando mais eficazes as ações mitigadoras ou compensatórias propostas em decorrência de monitoramentos;</p>	<p>Em atendimento - A integração entre os diferentes pacotes de trabalho com nítidas interfaces, antes já detectadas em Matriz de Interfaces elaborada quando do início da implementação do PGA, continua a ser operacionalizada e evidenciada por meio da constituição e realização de reuniões periódicas, em campo, de Grupos de Trabalho (GTIs).</p>
<p>A revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação, contando, para tal, com a implementação de sistema de registro, inclusive fotográfico, da evolução das obras e com a realização de auditorias ambientais internas do SGA, conforme explicitado mais à frente neste item, com ênfase, mais especificamente, para as auditorias ambientais das instalações, com periodicidade trimestral;</p>	<p>Em atendimento – A continuidade de atendimento a essa meta encontra-se descrita no item 2.2.1 deste relatório.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A interação com a equipe de construção, acompanhando, na frente de obras, a adoção de medidas preventivas e gerando evidências de atendimento aos procedimentos ambientais aplicáveis de controle dos aspectos ambientais do empreendimento em sua etapa de Implantação;</p>	<p>Em atendimento - A continuidade de atendimento a essa meta para a Etapa de Operação é viabilizada, dentre outras estratégias, pelo registro e tratamento de não conformidades e desvios, em conjunto com a equipe responsável pela coordenação do Plano Ambiental de Construção (PAC). Maiores detalhes no item "Gestão da Conformidade" no item 2.2 deste relatório.</p>
<p>A manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, através das equipes previstas para a implementação do PGA, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento, observando-se que todos os contatos deverão ser objeto da elaboração, no âmbito do Plano em tela, de atas de reunião divulgadas internamente ao empreendedor;</p>	<p>Em atendimento - Todos os contatos são mantidos, exclusivamente, por representantes do empreendedor, seja com órgãos licenciadores, autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento. Os registros dos assuntos e dos respectivos encaminhamentos é feito conforme modelos de Ata de Reunião adotados e em vigor.</p>
<p>O estabelecimento de um espaço de efetiva participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela implantação da UHE Belo Monte no desenvolvimento dos Planos, Programas e Projetos previstos no PBA; e</p>	<p>Em atendimento - A meta em questão vem sendo atendida, em especial, por meio do FASBM, cujas reuniões do Colegiado já somam 25, e as demais reuniões, um total de 147 entre as suas 6 comissões e 2 Comitês até então criados. Detalhes dessas reuniões constam do Anexo 2.1, que evidencia a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>A estruturação e a operacionalização, no âmbito do SGA, de sistema de atendimento a consultas e reclamações das partes interessadas, contando com a realização das denominadas auditorias de questões ambientais, com periodicidade trimestral, também integrantes do conjunto de auditorias internas do SGA.</p>	<p>Em atendimento - Esta meta vem sendo atendida pelo estabelecimento de Mecanismo de Reclamações expresso no procedimento denominado "Padrão de Sistema Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade" e dos canais de interação social e comunicação - "Belo Monte Aqui", que foi integrado e incorporado ao Padrão de Sistema do Programa de Interação Social e Comunicação, cujos canais funcionam continuamente e compreendem os 11 (onze) municípios da Área de Influência Direta (AID).</p>

2.5. ATIVIDADES PREVISTAS

As atividades previstas para continuidade da implementação do PGA na Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, constam dos quadros já apresentados nos itens 2.3 e 2.4, haja vista que, respectivamente, os objetivos e metas do Plano continuam em atendimento, tendo sido sintetizadas, nos referidos quadros, as atividades em curso ao encontro desses objetivos e metas.

2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS

O Cronograma gráfico deste Plano é apresentado na sequência.

Item	Descrição	2015		2016				2017				2018				2019				2020				2021				2022				2023				2024				2025			
		Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4				
CRONOGRAMA DO PACOTE DE TRABALHO																																											
2 . PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL																																											
1	GERENCIAMENTO E CONTROLE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS (PERBM)																																										
2	SUPERVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PBA NA FASE PÓS LO E DAS CONDICIONANTES DA LO																																										
3	GERENCIAMENTO DAS INTERFACES ENTRE OS DIFERENTES PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PÓS LO, INCLUSIVE QUANTO AO PBA-CI																																										
4	ACOMPANHAMENTO E INFORME, AO EMPREENDEDOR, DO DESEMPENHO DE CADA PLANO, PROGRAMA OU PROJETO COM AÇÕES PÓS LO																																										
5	ACOMPANHAMENTO E INFORME, AOS AGENTES FINANCIADORES, DO DESEMPENHO DOS PLANOS, PROGRAMAS OU PROJETOS PÓS LO																																										
6	CONSOLIDAÇÃO, POR MEIO DO SIG-A, DOS RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS SISTEMÁTICOS PÓS LO																																										
7	REVISÃO TÉCNICA DOS RELATÓRIOS EMITIDOS NO ÂMBITO DE CADA PLANO, PROGRAMA OU PROJETO COM AÇÕES PÓS LO																																										
8	CONTROLE DE PRAZOS PARA EMISSÕES INTERNAS E EXTERNAS AO EMPREENDEDOR DE RELATÓRIOS																																										
9	ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PBA PÓS LO																																										
10	REVISÃO E REAVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA ETAPA DE OPERAÇÃO E DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS AMBIENTAIS																																										
11	CONTATOS COM ÓRGÃOS LICENCIADORES, INSTITUIÇÕES DIVERSAS E REPRESENTANTES DOS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS																																										
12	REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DO COLEGIADO, COMISSÕES E COMITÊS DO FASBM																																										
13	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO A CONSULTAS E RECLAMAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS																																										

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PGA constante do PBA da UHE Belo Monte explicita que diversos Planos, Programas e Projetos, vigentes na Etapa de Implantação, contemplam ações que perduram pela etapa subsequente de Operação, com destaque para aquelas de cunho mitigador, compensatório e de monitoramento afetas ao TVR. A continuidade e as prioridades de atuação do PGA durante a Etapa de Operação são apontadas no PBA conforme abaixo (vol. I – 2 – PGA, pg. 7, 8, 12 – grifo nosso):

“o objetivo maior do referido Plano é configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte (...) com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas”.

“O PGA, e conseqüentemente o SGA a ele associado, deverão ser postos em prática durante todo o período de implantação da UHE Belo Monte (...), a fase de construção das obras principais componentes do arranjo geral e a fase de comissionamento de equipamentos eletromecânicos, estendendo-se pela etapa de operação do empreendimento, em especial no que tange aos primeiros seis anos a partir da entrada “a plena carga” das unidades geradoras da Casa de Força Principal (...) o Hidrograma Ecológico de Consenso, proposto no EIA, deverá ser objeto de reavaliação à luz dos resultados dos monitoramentos componentes do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (...) Assim, assumirá especial importância a manutenção, durante minimamente esses seis anos iniciais, de um PGA rigoroso que possibilite a acurácia desejada na obtenção, registro e armazenamento das informações afetas às ações de monitoramento. Assim, durante a etapa de Operação do empreendimento, a despeito de serem feitos eventuais ajustes na especificação executiva ora apresentada para fazer frente a aspectos ambientais característicos dessa etapa, deverá ser mantida a estruturação básica do Plano e do SGA ora contemplada”.

Assim, referido PGA antevê a necessidade de continuidade do gerenciamento das metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos relacionados a essas ações no período de geração comercial das duas Casas de Força que compõem o empreendimento hidrelétrico em tela.

A implantação do PBA da UHE Belo Monte demandava a operacionalização de um sistema de gestão ambiental adequadamente estruturado, capaz de proceder à gestão da informação – em termos de acessibilidade, rastreabilidade e confiabilidade - entre os diferentes players do Projeto (desde seus níveis operacionais até a alta direção da empresa e seus acionistas), à homogeneização de procedimentos e padrões, ao registro e tratamento de desvios e não conformidades, ao acompanhamento do atendimento de escopo, prazos e demais requisitos do processo de licenciamento, bem como à comunicação estratégica, interna e externamente aos players supracitados.

Considera-se, ao final de mais de sete anos decorridos da Etapa de Implantação da UHE Belo Monte e agora, na Etapa de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte, que o PGA originalmente delineado vem cumprindo seus objetivos

e é também visível o processo contínuo de adoção de novas ferramentas ao Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA) proposto ainda em meados de 2011, que permitiram evidenciar a melhoria do desempenho do empreendimento, conforme relatado a seguir.

A partir do 7º RC, além do acompanhamento das condicionantes da LO, de reuniões e interação constante com as equipes do IBAMA e demais intervenientes do processo de licenciamento, também as vistorias de campo realizadas por parte do órgão ambiental geraram relatórios técnicos e pareceres, cujas demandas vêm sendo devidamente acompanhadas e atendidas por meio das ferramentas de monitoramento e do sistema de alerta.

Outra forma de acompanhamento *pari passu* tem sido a emissão, por parte do empreendedor, de reportes periódicos (quinzenais, mensais e semestrais) a exemplo dos relatórios de requalificação urbana, de andamento das ações propostas para proteção da área de baixo localizada no Bairro Jardim Independente II, das ligações intradomiciliares em Altamira, do monitoramento do resgate de peixes, da evolução das obras com vistas à instalação do RUC Pedral, do monitoramento da qualidade da água, das reclamações construtivas nos reassentamentos, nas informações mensais sobre a operação da UHE Belo Monte, no relatório trimestral das atividades do Projeto de Apoio à pequena Produção e à Agricultura Familiar e do Projeto de Reparação Rural com público ribeirinho, entre outros.

Visando a melhoria contínua, além da implantação das ferramentas do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), procedimentos e estratégias de supervisão da implantação do empreendimento, está em curso a reestruturação do Sistema de Gestão para incorporar as questões de Saúde e Segurança do Trabalho, passando a ser um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

No tocante à Gestão da Conformidade, há que se considerar que, com a redução das atividades das obras civis, as intervenções em novas áreas se encerraram, uma vez que as obras principais e os canteiros de obras estão consolidados. No entanto, com a crescente desmobilização, áreas que serão objeto de recuperação ambiental começam a se apresentar aptas para as devidas intervenções constantes do PRAD. Assim, a atuação das equipes de fiscalização volta-se, com mais ênfase, para o processo de desmobilização de equipamentos e estruturas, e a recuperação das áreas degradadas para prevenir e mitigar os possíveis impactos decorrentes desta fase do empreendimento. Nesse sentido, o acompanhamento contínuo em campo e a realização de reuniões semanais com as equipes de fiscalização, Biocev e Executoras (CCBM, COMGEV e Jatobá) bem como da operação (Eletronorte), resulta em um controle efetivo da Norte Energia e maior agilidade na solução de eventuais questões identificadas em campo. As atividades relacionadas à montagem eletromecânica são de caráter mais confinado e basicamente, restrito ao manejo de resíduos industriais, organização e limpeza, cuja destinação ambientalmente adequada já vem sendo feita rotineiramente. Outro ponto a ser observado são as NCs que são provenientes da operação das usinas. Há de se destacar que com a operação das UHEs Belo Monte e Pimental, não conformidades inerentes à operação passaram a ser registradas pela fiscalização de campo e gerenciadas pela Norte Energia.

Vale observar os benefícios que vêm sendo adquiridos, em termos de acervo de dados e informações, pela implementação do SIG-A desde o início da Etapa de Implantação e seu processo de melhoria contínua, com destaque para a integração deste sistema com aquele sendo implantado pelo Componente Indígena, denominado de SIG-I. Esta ferramenta continua a permitir o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho, gerando produtos de grande valia no apoio aos planos de ação da área socioambiental afetas ao SIG-A.

O acervo, principalmente afeto as áreas física e biótica, viabiliza a realização de avaliações espaciais e temporais complexas a partir da sua consulta, cruzamento de dados e/ou análise, ainda em relação àqueles levantados no âmbito do EIA, tanto para fins de definição para linha de base de monitoramento, como para avaliação de impactos ambientais. Assim, trata-se de uma ferramenta fundamental que subsidia a proposição de novas ações de gestão para fazer frente aos impactos gerados pela UHE Belo Monte, portanto, de melhoria do desempenho do empreendimento como um todo, incluindo o Componente Indígena.

Por fim, vale observar que a experiência e as lições aprendidas ao longo do processo de gestão ambiental na Etapa de Implantação da UHE Belo Monte mostraram-se fundamentais para a gestão do processo nesta etapa atual de finalização da montagem para a Operação plena da UHE Belo Monte.

2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
Ângelo Luiz Assunção	Engenheiro Ambiental	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos aos Meios Físico e Biótico	CREA MG0000149499/D	6441048
Bruno de Mattos Teixeira	Engenheiro Ambiental, MSC. em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental (área de concentração: gestão de resíduos sólidos)	Supervisão de Campo e Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos ao Plano Ambiental de Construção (PAC) e ao Trecho de Vazão Reduzida (TVR)	CREA/MG 142277D	-
Carmem Silvia Treuherz Salomão	Administradora de Empresas, Mestre em Gestão Ambiental	Coordenadora do SGA, responsável pela interface técnica com o PBA-CI e pelo reporte de atendimento aos Princípios do Equador	Não possui	5391776
Cristiano Figueiredo Lima	Geógrafo, MSc. em Ciências Ambientais	Suporte à Coordenação Técnica	CREA /RJ 032389/D	-
Delfim José Leite Rocha	Engenheiro Civil	Gestor Geral do PGA	CREA/RJ-3238/D	3868639
Douglas R. Borges	Engenheiro Ambiental	Operacionalização do Banco de Dados Georreferenciado e suporte a análises geoespaciais	Não possui	5800634
Edna Campos	Tecnóloga em Gestão Ambiental	Assessoria de Coordenação do SGA	Não possui	Não possui
Marmo dos Santos Pereira	Bacharel em Ciências Biológicas	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos aos Meios Físico e Biótico	Crbio 90181/06/-D	5209964
Rafael Augusto Curado Fleury Teixeira	Ciências Sociais, Esp. em Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Suporte à Gestão Ambiental da NORTE ENERGIA nos assuntos afetos ao Meio Socioeconômico	DRT-GO 424686	5516615

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
Rafael Mouzinho Franco	Engenheiro de Produção	Coordenador do escritório de Gerenciamento de Projeto (PMO) do PBA e do PBA-CI	CREA/MG 125286/D	5389547
Regis Sampaio Marinho	Historiador MBA Gerenciamento de Projetos	Coordenação Geral	Não possui	5194257
Ricardo Carneiro	Advogado	Consultor para assuntos jurídico-ambientais	OAB/MG 0062391	4374765

2.9. ANEXOS

2 – 1 – Quadro Consolidado de Reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) até dezembro/2018